

Diário do Legislativo de 07/10/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Ronaldo Magalhães (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO BLOCO PMDB - PT - PCdoB:

Líder: Deputado

Vice-Líder: Deputado

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Sebastião Helvécio

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Domingos Sávio	BSD	
Deputado Lafayette de Andrada	BSD	
Deputado Neider Moreira	BPS	
Deputado Padre João	PMDB - PT-PCdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Franco	Inácio BPS
Deputado Abramo	Gilberto PMDB-PT-PcdoB
Deputado Sawan	Fahim BSD
Deputado Torres	Mauri BSD
Deputado Borges	Wander BPS
Deputado Quintão	André PMDB-PT-PcdoB
Deputado Alves	Delvito BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília Ferramenta	PMDB-PT-PCdoB	Presidente
-----------------------------------	---------------	------------

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Paulo
Guedes

Deputado BSD
Ademir
Lucas

Deputado BPS
Wander
Borges

Deputado PDT
Sebastião
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir PMDB-PT-PcdoB
Paraca

Deputada Maria PMDB-PT-PcdoB
Tereza Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor PSL
Rinaldo

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Dalmo
Ribeiro
Silva

Deputado BPS Vice-Presidente
Chico Uejo

Deputado BSD
Ronaldo
Magalhães

Deputado BPS
Sebastião
Costa

Deputado PMDB-PT-PcdoB
Padre João

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Gilberto
Abramo

Deputado BSD
Delvito
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Malheiros Délio BPS

Deputado Moreira Célio BSD

Deputado Moreira Neider BPS

Deputado Quintão André PMDB-PT-PCdoB

Deputado Júlio Antônio PMDB-PT-PCdoB

Deputado Valadares Gustavo DEM

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BPS Presidente

Deputado Juninho Araújo Sem partido Vice-Presidente

Deputado Getúlio Neiva PMDB-PT-PCdoB

Deputado Paulo Guedes PMDB-PT-PCdoB

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Veneroso Rômulo BPS

Deputado Sávio Domingos BSD

Deputado Miranda Vanderlei PMDB-PT-PCdoB

Deputado Helvécio Sebastião PDT

Deputado Fabiano Dimas PP

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Adalclever
Lopes

Deputado BPS Vice-Presidente
Délío
Malheiros

Deputado BSD
Walter
Tosta

Deputado DEM

Deputado PP
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio PMDB-PT-PcdoB
Souza Cruz

Deputado Tiago BPS
Ulisses

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Durval
Ângelo

Deputado BSD
Fahim Sawan

Deputado BPS
Antônio
Genaro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Vanderlei
Miranda

Deputado BSD
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PT
Tereza Lara

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Gilberto PMDB-PT-PcdoB

Abramo

Deputado Ruy Muniz DEM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Ruy Muniz

Deputado BSD Vice-Presidente
Deiró
Marra

Deputado BSD
Dalmo
Ribeiro

Deputada BPS
Gláucia
Brandão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PMDB-PT-PcdoB
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Zé Maia

Deputado DEM Vice-Presidente
Jayro
Lessa

Deputado BSD
Lafayette
de
Andrada

Deputado BPS
Inácio
Franco

Deputado BPS
Juarez
Távora

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adelmo
Carneiro
Leão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Antônio
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD
Moreira

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André PMDB-PT-PcdoB
Quintão

Deputado Ivair PMDB-PT-PcdoB
Nogueira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Fábio
Avelar

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Sávio
Souza
Cruz

Deputado BSD
Irani
Barbosa

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Almir
Paraca

Deputado PP
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Carlos PMDB-PT-PCdoB
Gomes

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Sávio Souza Cruz

Deputado DEM Vice-Presidente
Gustavo Valadares

Deputado BSD
Rêmolo Aloise

Deputado BSD
Célio Moreira

Deputado BPS
Tiago Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB - PT -PCdoB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
André Quintão

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros Biondini

Deputado BSD
João Leite

Deputado BSD
Duarte Bechir

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PMDB-PT-PCdoB

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PP Presidente
Vanderlei
Jangrossi

Deputado BPS Vice-Presidente
Antônio
Carlos
Arantes

Deputado BSD
Domingos
Sávio

Deputado BPS
Chico Uejo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlos
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Braulio

Braz

Deputado BSD Vice-Presidente
Ronaldo
Magalhães

Deputada BSD
Ana Maria
Resende

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Gilberto
Abramo

Deputado PP
Dimas
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Mauri BSD
Torres

Deputado Antônio PMDB-PT-PCdoB
Júlio

Deputado Pinduca PP
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor PSL
Rinaldo

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rêmol BSD
Aloise

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
João Leite

Deputada PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Maria
Tereza
Lara

Deputado BPS
Rômulo
Veneroso

Deputado PDT
Tenente
Lúcio

Deputado PP
Pinduca
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PMDB-PT-PCdoB
Ângelo

Deputado BPS
Sebastião Costa

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Gil PP
Pereira

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente
Rosângela
Reis

Deputado BSD Vice-Presidente
Walter Tosta

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Ivair
Nogueira

Deputado DEM
Elmiro
Nascimento

Deputada PMDB-PT-PCdoB
Cecília
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma BPS
Diniz

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Getúlio PMDB-PT-PCdoB
Neiva

Deputado Duarte BSD
Bechir

Deputado André PMDB-PT-PCdoB
Quintão

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Gustavo Valadares

Deputado BPS Vice-Presidente
Djalma Diniz

Deputado BSD
Irani Barbosa

Deputado BSD
Rêmolo Aloise

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adalclever Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Juarez BPS
Távora

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Juninho Sem partido
Araújo

Deputado Sávio PMDB-PT-PCdoB
Souza Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Tenente Lúcio

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BPS
Fábio
Avelar

Deputado BPS
Antônio
Carlos
Arantes

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlos
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da PDT
Silveira Jr.

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Sebastião
Costa

Deputado PDT Vice-Presidente
Sebastião
Helvécio

Deputado BSD
Luiz
Humberto
Carneiro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Gilberto
Abramo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado DEM
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PCdoB

Deputado
Ângelo Durval PMDB-PT-PCdoB

Deputado
Fabiano Dimas DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATAS

2.1 - Evento Realizado na 88ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Debater o Estatuto Nacional da Juventude

2.2 - 42ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Missão Ramacrisna de Betim pelos 50 Anos de Fundação

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

* Adalclever Lopes

Adelmo Carneiro Leão (PT)

* Adelmo Carneiro Leão

Ademir Lucas Gomes (PSDB)

* Ademir Lucas

Alberto Pinto Coelho Júnior (PP)

* Alberto Pinto Coelho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Jr.

Almir Paraca Cristovão Cardoso (PT)

* Almir Paraca

Ana Maria Resende Vieira (PSDB)

* Ana Maria Resende

André Quintão Silva (PT)

* André Quintão

Antônio Carlos Arantes (PSC)

* Antônio Carlos Arantes

Antônio Genaro Oliveira (PSC)

* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

* Antônio Júlio

Antônio Rinaldo Valério (PSL)

* Doutor Rinaldo

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Braulio José Tanus Braz (PTB)

* Braulio Braz

Carlos Eduardo Venturelli Mosconi (PSDB)

* Carlos Mosconi

Carlos Gomes Sampaio de Freitas

* Carlos Gomes (PT)

Carlos Magno de Moura Soares (PCdoB)

* Carlin Moura

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

* Carlos Pimenta

Célio de Cássio Moreira (PSDB)

* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)

* Dalmo Ribeiro Silva

Deiró Moreira Marra (PR)

* Deiró Marra

Délio de Jesus Malheiros (PV)

* Délio Malheiros

Delvito Alves da Silva Filho (PTB)

* Delvito Alves

Dimas Fabiano Toledo Junior (PP)

* Dimas Fabiano

Dinis Antônio Pinheiro (PSDB)

* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PPS)

* Djalma Diniz

Domingos Sávio Campos Resende (PSDB)

* Domingos Sávio

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Edy Araújo Júnior (sem partido)

* Juninho Araújo

Elmiro Alves do Nascimento (DEM)

* Elmiro Nascimento

Eros Ferreira Biondini (PTB)

* Eros Biondini

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PSC)

* Fábio Avelar

Fahim Miguel Sawan (PSDB)

* Fahim Sawan

Francisco Takeshi de Souza Uejo (PSB)

* Chico Uejo

Getulio Afonso Porto Neiva (PMDB)

* Getúlio Neiva

Gilberto Aparecido Abramo (PMDB)

* Gilberto Abramo

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PP)

* Gil Pereira

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (DEM)

* Gustavo Valadares

Hely Tarquínio (PV)

* Hely Tarquínio

Inácio Franco (PV)

* Inácio Franco

Irani Vieira Barbosa (PSDB)

* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

* Ivair Nogueira

Jayro Luiz Lessa (DEM)

* Jayro Lessa

João Carlos Siqueira (PT)

* Padre João

João Leite da Silva Neto (PSDB)

* João Leite

José Alves Viana (DEM)

* Doutor Viana

José de Freitas Maia (PSDB)

* Zé Maia

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

* José Henrique

José Perrella de Oliveira Costa (PSDB)

* Zezé Perrella

Juarez Távora de Freitas Júnior (PV)

* Juarez Távora

Lafayette Luiz Doorgal de Andrada (PSDB)

* Lafayette de Andrada

Leonardo Fernandes Moreira (PSDB)

* Leonardo Moreira

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

* Luiz Humberto Carneiro

Luiz Savio de Souza Cruz (PMDB)

* Sávio Souza Cruz

Maria Cecília Ferreira Delfino (PT)

* Cecília Ferramenta

Maria Gláucia Costa Brandão (PPS)

* Gláucia Brandão

Maria Tereza Lara (PT)

* Maria Tereza Lara

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

* Mauri Torres

Nacib Duarte Bechir (PMN)

* Duarte Bechir

Neider Moreira de Faria (PPS)

* Neider Moreira

Paulo José Carlos Guedes (PT)

* Paulo Guedes

Pedro Ivo Ferreira Caminhas (PP)

* Pinduca Ferreira

Rêmolo Aloise (PSDB)

* Rêmolo Aloise

Romulo Victor Pinheiro Veneroso (PV)

* Rômulo Veneroso

Ronaldo João da Silva (PDT)

* Doutor Ronaldo

Ronaldo Lage Magalhães (PSDB)

* Ronaldo Magalhães

Rosângela de Oliveira Campos Reis (PV)

* Rosângela Reis

Ruy Adriano Borges Muniz (DEM)

* Ruy Muniz

Sebastião Costa da Silva (PPS)

* Sebastião Costa

Sebastião Helvecio Ramos de Castro (PDT)

* Sebastião Helvécio

Sérgio Lúcio de Almeida (PDT)

* Tenente Lúcio

Tiago Ulisses de Castro e Oliveira (PV)

* Tiago Ulisses

Vanderlei Andrade Miranda (PMDB)

* Vanderlei Miranda

Vanderlei Ricardo Jangrossi(PP)

* Vanderlei Jangrossi

Walter da Rocha Tosta (PMN)

* Walter Tosta

Wander José Goddard Borges (PSB)

* Wander Borges

Washington Fernando Rodrigues (PDT)

* Sargento Rodrigues

Weliton Fernandes Prado (PT)

* Weliton Prado

Em 6/10/2009

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

ATAS

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 88ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2009

Presidência do Deputado Weliton Prado

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Secretário Gustavo Corrêa - Palavras do Deputado Federal Elismar Prado - Palavras da Srta. Heloar Rodrigues - Palavras do Sr. Roberto Tross - Palavras do Deputado João Leite - Palavras do Sr. Nilo Furtado - Palavras do Deputado André Quintão - Palavras do Deputado Federal Reginaldo Lopes - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião a debater o Estatuto Nacional da Juventude, promovido pela Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4.529/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado Federal Reginaldo Lopes, membro da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4.529/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências, e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas para a Juventude da Câmara dos Deputados; Deputado Federal Elismar Prado; Deputado Gustavo Corrêa, Secretário de Estado de Esportes e da Juventude; Roberto Tross, Coordenador Especial da Juventude da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude; e Nilo Furtado, Presidente do Conselho Estadual da Juventude; a Exma. Srta. Heloar Rodrigues, estudante que participou do Programa Chefs do Amanhã - edição 2008, do Governo do Estado; e os Exmos. Srs. Deputados André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa e autor da Lei nº 18.136, de 2009, que estabelece o Plano Estadual da Juventude; e João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença dos Exmos. Srs. Marco Túlio, da Coordenadoria de Juventude do Município de Nova Lima; Edson Soró, da Coordenadoria de Juventude do Município de Betim; Fredinho, da Prefeitura Municipal de Contagem; Vereadores Beto Diniz, da Câmara Municipal de Contagem; e José Camilo Júnior, da Câmara Municipal de Ouro Fino; e Tiago Franco, Presidente da Juventude do PSDB de Contagem; das Exmas. Sras. Irmã Luciene e alunos do Colégio Santa Marcelina; e Verimar Mendes, Coordenadora do Projovem Urbano de Belo Horizonte, que representa a Secretária Municipal de Educação, Sra. Macaé Maria Evaristo; e dos Exmos. Srs. Sidinho do Ferrotaco, ex-Deputado Estadual e Prefeito Municipal de São João del-Rei; e Alisson Diego Batista Moraes, Prefeito Municipal de Itaguara.

Palavras do Sr. Presidente

Gostaria de cumprimentar a todos e a todas e falar sobre a importância deste evento. Se fizermos uma análise histórica, perceberemos que praticamente todas as lutas e conquistas deste país tiveram a participação da juventude, seja na época da Inconfidência Mineira, seja na da Abolição da Escravatura ou na da luta em defesa do petróleo em nosso país, que foi fundamental. Se a juventude não se tivesse levantado em todos os cantos do País para fazer a defesa do petróleo, hoje não poderíamos discutir o marco regulatório do pré-sal para que o País saia da posição de país em desenvolvimento para a de país desenvolvido.

A previsão é de que em 2020 o PIB do nosso país deve dobrar. Os estudantes resistiram com muita bravura ao regime militar, que castrava todos os direitos civis do povo, torturando e matando todos os que se posicionavam contra o governo. Muitos estudantes deram a vida por um País democrático.

Se fizermos uma análise mais recente da história do País - a campanha das Diretas Já, o Fora Collor -, veremos uma juventude indignada. E isso ocorre no mundo todo, como a mobilização contra a guerra do Iraque. Enfim, a juventude sempre deu sua contribuição para um mundo melhor.

Tenho certeza absoluta de que este será um momento de colher contribuições. Parabéns de forma especial ao Deputado Reginaldo Lopes. Temos todas as possibilidades de começar a fazer justiça com os que já contribuíram tanto com o nosso país. Paulo Freire já dizia que, se a educação, sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Desde que foi promulgada a Constituição Federal de 1988 e, logo a seguir, a Constituição Estadual de 1989, a Assembleia Legislativa de Minas vem desenvolvendo projetos de aproximação com os diversos segmentos sociais, com o objetivo de estimular a discussão compartilhada de assuntos de interesse público e de fortalecer o papel dos cidadãos na consolidação da democracia. As iniciativas voltadas para o público jovem sempre mereceram atenção especial entre tais projetos, a ponto de muitas delas terem-se tornado ações permanentes da Casa. Referimo-nos particularmente aos programas de educação para a cidadania, que consistem na transmissão de fundamentos políticos para a juventude. São exemplos desses programas as Visitas Orientadas, nas quais se apresentam a alunos do ensino fundamental os espaços de trabalho e as funções básicas da Assembleia, e o Parlamento Jovem - neste ano já em sua sexta edição -, cujo objetivo é envolver estudantes do ensino médio e universitários em atividades de reflexão sobre o Poder Legislativo.

No ensejo das eleições municipais do ano passado, esta Casa desenvolveu também o projeto Expresso Cidadania, destinado a estimular a participação política e o exercício consciente do voto entre jovens de 16 e 17 anos alunos do ensino médio da rede pública do Estado. Neste ano, como parte das comemorações dos 20 anos da Constituição Estadual, estamos promovendo um concurso de redação sobre o tema, dirigido a estudantes do ensino médio de escolas públicas e particulares do Estado. Pretende-se, com a iniciativa, conscientizá-los sobre a importância da Carta de 1989 para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

A Assembleia de Minas também está envolvida, juntamente à Secretaria de Desenvolvimento Social e ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, na promoção, nos dias 6 a 8 deste mês, da VII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, preparatória para a conferência nacional, a ser realizada em dezembro, em Brasília.

Com relação específica aos jovens com idade entre 15 e 29 anos, esta Casa aprovou projeto de lei do Deputado André Quintão, que institui a Política Estadual de Juventude, transformado em lei por sanção do Governador Aécio Neves em maio deste ano. Parabenizamos esse parlamentar, que, aliás, fez mobilizações nesta Casa, trabalhou arduamente para convencer o conjunto dos Deputados.

Queremos, com esses exemplos, mostrar a atenção que o Parlamento mineiro dedica às questões relacionadas aos jovens, que merecem lugar especial entre as políticas públicas em razão das peculiaridades inerentes a sua formação e ao fato de que, em futuro próximo, estará em suas mãos o destino do Estado e do País.

É, portanto, com grande identidade de propósitos que recebemos os representantes da Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada de analisar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.529/2004, que trata do Estatuto da Juventude, e apoiamos sua iniciativa de vir a Minas Gerais para debetê-lo e colher propostas para seu aprimoramento.

Cumprimentamos, particularmente, o Deputado Federal Reginaldo Lopes, membro da Comissão Especial e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa de Políticas Públicas de Juventude, da Câmara dos Deputados. Da mesma forma, agradecemos a efetiva contribuição da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude, por meio da Coordenadoria Especial da Juventude, para a realização deste encontro e a mobilização das lideranças juvenis e gestores públicos para debaterem o tema. Fazemos aqui uma saudação especial ao Deputado Estadual e Secretário Gustavo Corrêa, ele também um jovem e, por conseguinte, inteiramente sintonizado com os assuntos atinentes a sua Pasta. Agradecemos também aos Deputados desta Casa que se empenham na discussão das questões que dizem respeito aos jovens e se integraram à realização deste evento, assim como a todos os presentes, com a expectativa de que os debates em nosso Estado produzam subsídios valiosos para o aperfeiçoamento do projeto de lei em tramitação na Câmara. Muito obrigado.

Palavras do Secretário Gustavo Corrêa

Boa-tarde a todos. Gostaria de cumprimentar o Presidente deste encontro, Deputado Weliton Prado, que neste ato representa o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; o Deputado Reginaldo Lopes e o Deputado Elismar Prado, meus colegas de Assembleia; Deputado André Quintão, que merece todo o nosso apoio e reconhecimento pelo seu trabalho e pela sua luta na aprovação da lei que instituiu a Política Estadual de Juventude; o prezado Deputado João Leite, a quem tive a honra de suceder na Secretaria de Esportes; os Deputados Ademir Lucas, Domingos Sávio, Sebastião Costa e Doutor Rinaldo; os telespectadores da TV Assembleia; os meus amigos e visitantes; e os jovens que hoje participam desta solenidade.

Em primeiro lugar, quero dizer que a idade colocada para configurar um jovem é dos 15 aos 29 anos. Não estou dentro dessa faixa etária, e tenho certeza de que outros da Mesa também não, mas todos nós nos consideramos jovens. Não somos jovens na idade, mas sim nos pensamentos. Todos compartilhamos das mesmas agonias, das mesmas aflições, dos mesmos desejos e dos mesmos sonhos. Penso que todos nós que aqui estamos desejamos ver, com certeza, uma sociedade cada vez mais justa, menos desigual, onde a sociedade e o cidadão sempre sejam os grandes contemplados com as ações dos governos, independente de questões partidárias.

Temos aqui um exemplo muito claro de que estamos todos preocupados com o futuro, e não apenas do nosso Estado, mas com o futuro de uma nação, quando estamos todos aqui para debater, discutir, ouvir as agonias, os anseios de todos, membros dos mais diversos partidos políticos. Temos pessoas ligadas ao Presidente Lula, temos pessoas ligadas ao meu partido, que faz oposição ao Presidente Lula, e que aqui, em Minas, estão aliadas ao Governador Aécio Neves, e também outros que aqui fazem oposição ao Governador Aécio Neves. Porém todos nós sabemos e reconhecemos a importância do jovem na história do nosso país.

Com certeza foram os jovens que ajudaram em determinada época, quando se uniram a outros tantos, e não apenas a jovens, para colocar um fim no regime militar, para que pudéssemos ter a oportunidade de expressar o nosso direito sagrado que é o voto, com que teríamos condições de acabar com o regime militar, condições de fazer com que cada um tivesse oportunidade de expressar-se de forma mais tranquila. A partir daquele momento, vimos, prezados Deputados Reginaldo Lopes e Elismar Prado, construindo políticas públicas para a juventude. Tenho certeza de que temos avançado muito, prova disso é este ato que ora celebramos. Quem diria ou imaginaria que teríamos todos a oportunidade de estar sentados na Casa Legislativa, na Casa do povo, para levar aos políticos, eleitos pelo voto da população, os interesses e os desejos que a cada jovem afligem!

Todos sabemos que os jovens são extremamente vulneráveis à realidade brasileira, enfrentam uma série de problemas, como o desemprego, a falta de oportunidade para desenvolver suas atividades. Porém, creio que ações como esta, com certeza, fazem cada vez mais com que essas dificuldades sejam superadas e que os governantes passem a olhá-las de forma diferente. E não poderia deixar de ser - peço licença aos membros da Mesa para dizer que o governo do Estado pode não agradar a uns, mas, com certeza, tem agradado a juventude do nosso Estado. O Governador, de forma inédita, tão logo foi reeleito pelo voto popular, resolveu criar a Secretaria de Esportes e da Juventude. Trata-se de algo inédito não apenas no nosso Estado, mas no nosso país. Foi a primeira Secretaria a ser criada, tem à frente o meu grande amigo e colaborador Roberto Tross, que tem-se empenhado e busca encontrar os mecanismos e as opções para discutir com toda a juventude as suas aflições. O Governador criou essa Secretaria e tem-nos dado todo apoio para que, com o trabalho e ouvindo cada um de vocês, encontremos os melhores mecanismos e os melhores caminhos para a solução dos nossos problemas. Já temos caminhado, com uma série de ações.

Citarei dois programas que nos chamam à atenção. O primeiro, o Poupança Jovem, em que os alunos, os estudantes já recebem uma gratificação financeira do Estado para que, tão logo concluem seus cursos, tenham a oportunidade, num primeiro momento, de ter um folegozinho para buscar melhor oportunidade de emprego. E o Chefs do Amanhã, que tem sido um sucesso extraordinário e tem frequentado toda a mídia, mostrando a todos que tenham aptidão com a gastronomia o que podem implementar.

Tenho certeza, Roberto, de que, com seu apoio e o de todos os que aqui estão, em breve teremos políticas mais consistentes, ações que darão o resultado que todos nós desejamos. As minhas breves palavras são de felicidade. Esta Casa tem-me dado grandes alegrias - e espero que continue assim por um bom tempo -, sobretudo também porque sabemos que aqui continua sendo a Casa democrática, a Casa do povo de Minas Gerais, onde os grandes debates acontecem. Boa-tarde a todos e muito obrigado.

Palavras do Deputado Federal Elismar Prado

Boa-tarde a todos. Quero cumprimentar o Deputado Weliton Prado, Presidente interino, o Deputado Reginaldo Lopes, autor da matéria; o Secretário de Esportes e da Juventude, Deputado Gustavo Correa; Roberto Tross, Coordenador Especial da Juventude; Nilo Furtado, Presidente do Conselho Estadual da Juventude; Srta. Heloar Rodrigues, estudante que participou do programa Chefs do Amanhã, edição 2008, do governo do Estado; Deputados André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular, e João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública.

Saúdo todos os estudantes, as jovens lideranças presentes neste momento. É fundamental esse processo de participação popular em defesa da juventude para que possamos ter um marco legal, jurídico, que reconheça a necessidade de a juventude formular políticas públicas específicas, o que está acontecendo em todos os Estados, em todo o País.

Há grandes avanços na história recente, inclusive todo esse processo anterior, de que participamos como membros do movimento estudantil. Eu, na época, participei como membro da União Nacional dos Estudantes - UNE - por Minas Gerais. Todo esse processo e acúmulo construídos com as entidades juvenis, com as associações e com as lideranças culminou em espaço muito importante que se revelou grande marco: a criação da Secretaria da Juventude pelo governo federal, referência na construção e na elaboração de políticas públicas, porque entendemos que fazer política não é assunto somente para especialistas.

Neste debate do Estatuto, estão presentes todos os especialistas em juventude, as lideranças, mas também a juventude protagonista, que participa ativamente do processo, falando de suas realidades. Aliás, chamamos de juventudes todos os grupos e segmentos jovens. Percebo hoje que a juventude no Brasil é, ao mesmo tempo, vítima e autora das mazelas sociais, haja vista todos os índices alarmantes de violência e criminalidade que os envolvem no Brasil. Os jovens são os que mais sofrem e os que estão mais envolvidos nesse processo. Então é urgente a existência de marco regulatório, mas não apenas como direito formal, para ficar no papel. É importante que possamos, por meio de toda a mobilização, a força, a garra e a capacidade da juventude, transformar o direito formal em direito real, para que a realidade seja efetivamente modificada.

Acreditamos que o ponto-chave dessa questão seja a educação. É fundamental investir em todas as áreas, no transporte, na habitação. Mas, quando falamos em educação, investimos na formação de cidadãos mais críticos, mais conscientes, mais exigentes dos seus direitos, e esse é o caminho para fazermos grande transformação social. É importante também a participação do jovem no processo político - não necessariamente no processo político-partidário, mas no processo político. A política não está confinada apenas aos atos praticados em parlamentos, em palácios de governo; ela atravessa toda a nossa experiência cotidiana, e a juventude do Brasil está adquirindo essa consciência, percebendo que a política acontece no seu dia a dia: na escola, no trabalho, na igreja, em casa, nas universidades, no campo, na cidade, ou seja, em qualquer lugar onde estivermos, pois somos agentes políticos. É fundamental esse processo na construção de melhorias e avanços na democracia do Brasil.

Parabenizo, então, o Deputado Federal Reginaldo Lopes, autor da proposta. Ele vem fazendo grande mobilização em todo o País, com a participação de jovens, lideranças e entidades, para fazermos essa grande construção em defesa de avanços reais para a juventude brasileira. Parabenizo-o e digo que também sou membro da Frente. Assim que cheguei àquela Casa, à Câmara dos Deputados, ingressamos na Frente, e temos muitas ações em defesa da juventude. Uma delas, que foi grande bandeira nossa durante o movimento estudantil, foi a merenda escolar para os alunos do ensino médio. Conseguimos avanço importantíssimo: a inclusão de mais de 8 milhões de estudantes no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Antes não tinham o direito, e, na nova lei, conseguimos inserir a merenda não apenas como direito no Programa de Alimentação Escolar para os alunos do ensino médio como também nos programas suplementares de saúde, de transporte escolar, como o Programa Caminhos da Escola, que visa renovar toda a frota do transporte escolar da zona rural no País. Para este ano, estão previstos mais de R\$1.000.000.000,00 para aquisição de mais de 6.600 veículos, que farão o transporte dos nossos alunos da zona rural com segurança e dignidade. Então são avanços na área da educação, como o ProUni, o ProJovem e muitos outros programas voltados para a juventude. Mas queremos mais; a juventude quer mais, merece e precisa disso, porque ela não é simplesmente o futuro deste país, mas o presente. Ela deve ser tratada como protagonista, como capaz, realmente, de mudar sua realidade.

Por isso é fundamental esse processo de participação, pelo qual parabenizo o Deputado Weliton Prado, que tem feito brilhante trajetória em defesa da juventude de nosso Estado e do País, o Deputado Federal Reginaldo Lopes e o Deputado André Quintão. Parabenizo, da mesma forma, todas as lideranças, assim como todos os jovens presentes, que sempre podem contar com a nossa atuação firme e combativa em defesa dos direitos da juventude brasileira. Muito obrigado.

Palavras da Srta. Heloar Rodrigues

Boa-tarde a todos. Participei do projeto Chefs do Amanhã, do governo de Minas, o qual é muito bacana. Sinto-me privilegiada por poder estar aqui falando sobre esse projeto, por meio do qual tive várias oportunidades, como a de conhecer "chefs" catalães. Agradeço ao Sr. Tross esse projeto, que é tão lindo. Imaginem se tivéssemos a aprovação dessa lei para o jovem. Vamos lutar pela tramitação dele. Obrigada.

Palavras do Sr. Roberto Tross

Boa-tarde a todos. Cumprimento o Deputado Weliton Prado, que preside esta reunião, com o qual sempre mantenho entendimentos, assim como o Deputado Gustavo Corrêa, Secretário de Esportes e da Juventude, a quem agradeço todo o apoio dado à Coordenadoria na nossa Secretaria. Obrigado por tudo. Juntos nos esforçamos, lutamos e nos empenhamos. Agradeço ainda ao Deputado Reginaldo Lopes, amigo de anos de luta na construção da política de juventude em nosso país. Fomos os primeiros a debater um sistema de juventude, que está saindo do papel e sobre o qual falarei um pouco para o pessoal que está aqui hoje. Cumprimento também o Nilo, Presidente do Conselho Estadual de Juventude, que tem feito um brilhante trabalho à frente desse Conselho, assim como a Srta. Heloar, que participou do Chefs do Amanhã, um dos projetos do governo do Estado. Conversei mais cedo com ela, que me contou como sua vida mudou a partir das possibilidades de trabalho com esse projeto. Ela e vários outros jovens do Estado, a partir desse projeto, começaram a construir novas possibilidades. Saúdo e agradeço também ao amigo, meu ex-chefe no Estado, Deputado João Leite, que faz um brilhante trabalho nesta Casa à frente da Comissão de Segurança Pública. Já estivemos juntos pelo interior de Minas Gerais debatendo questões relacionadas à segurança e às perspectivas de solução por meio da juventude. Da mesma forma, cumprimento e agradeço ao Deputado André Quintão, autor do Plano Mineiro da Juventude, da política estadual. Já conversamos muito em prol dessa construção. Cumprimento e agradeço também toda a galera presente. Gostaria de agradecer aos gestores municipais da juventude aqui presentes, cujos nomes não citarei porque, se falar o nome de um e me esquecer de outro, alguém pode ficar bravo comigo. Temos um encontro no sábado. Se eu falar em um e esquecer o outro, ouvirei a reclamação: "Roberto, como você falou do fulano e esqueceu de mim?" Então, não falarei especificamente de ninguém, mas de uma das coisas importantes que temos de debater hoje. Estou vendo uma turma nova, que chegou agora. E ainda há uma moçada aqui do meu lado. Vocês devem estar se perguntando: "Tudo bem; trouxeram-me para a Assembleia. O gestor da minha cidade disse que a gente participaria de um evento interessante, mas, afinal de contas, o que estamos fazendo aqui?" Não é isso? Moçada, estamos aqui para debater o Estatuto Nacional da Juventude. Vocês já ouviram falar do Estatuto da Criança e do Adolescente? Vocês já ouviram falar do Estatuto do Idoso? E do Estatuto da Juventude? Sabem por que vocês nunca ouviram falar do Estatuto da Juventude? Porque ele ainda não existe. O que estamos fazendo aqui hoje? O que faremos amanhã e depois? Convidarei vocês para continuarmos essa conversa amanhã. Estamos aqui para discutir o Projeto de Lei nº 4.529, que trata do Estatuto da Juventude. Vocês sabiam que a juventude ainda não está na Constituição Federal? A criança e o adolescente estão na Constituição e o idoso também. E o jovem? Ainda, não. Consideramos jovem a pessoa que não é mais adolescente, mas também ainda não é adulto. Essa pessoa ainda não existe sob o ponto de vista do nosso ordenamento jurídico. A Constituição Federal não trata desse assunto. Agora, vai tratar, porque uma proposta de emenda constitucional criará o Estatuto. Vocês entenderam o que estamos fazendo aqui hoje? Estamos aqui, na Assembleia Legislativa, no Legislativo mineiro, que, por meio dos seus Deputados -, e temos vários aqui na Mesa -, que criam as leis em Minas Gerais, em conversa articulada pela Comissão Nacional, orientou-nos a realizarmos uma reunião para discutirmos o Estatuto da Juventude, a fim de que os jovens mineiros, ou seja, para que vocês pudessem participar da construção dessa lei. Quando, em suas vidas, vocês já participaram da construção de alguma lei? Hoje estão começando a ter essa oportunidade. É um momento importante de transformação. Estamos fazendo esse trabalho. Sabem como isso é chamado? Protagonismo juvenil. O jovem começa a participar das decisões que se referem a ele mesmo. O que estamos fazendo aqui hoje? Estamos aqui para participarmos de uma primeira solenidade em que as autoridades presentes discutem seus pontos de vista para, amanhã -, e convido todos vocês e aqueles que estão assistindo à TV Assembleia - irem à Escola do Legislativo, aqui ao lado, analisar proposta por proposta. No Projeto de Lei nº 4.529, analisaremos, por exemplo, o art. 1º. Os jovens de Minas acham que ele está

bom ou podemos melhorá-lo? Depois, analisaremos o art. 2º. Posteriormente, o art. 3º. Assim, analisaremos ponto por ponto e enviaremos isso a Brasília para que os Deputados Federais - e aqui, na Mesa, contamos com a presença de um deles, o Deputado Reginaldo Lopes - saibam o que os jovens de Minas Gerais estão pensando, bem como para que verifiquem o que podemos construir para o Estatuto da Juventude.

Por isso, estamos aqui hoje com essas pessoas e amanhã debateremos esse assunto na Escola do Legislativo. Como exemplo, citarei um dos aspectos fundamentais do debate que temos implementado no País. Vocês já ouviram falar do Sistema Único de Saúde - SUS? Ou seja, a saúde no Brasil tem um sistema, para o qual há repasse de recursos. Quando vamos ao hospital, temos médicos, condições de atendimento, etc. Vocês já ouviram falar do Fundo da Infância e do Adolescente - FIA? Algumas pessoas sim, outras não. Vocês já ouviram falar do Sistema Nacional de Juventude? Não existe ainda. Um dos fatores que debatemos, de forma muito importante, e que queremos implementar no Estatuto da Juventude é um sistema nacional em que haja repasse de recurso, o Fundo Nacional de Juventude e os Fundos Estaduais e Municipais de Juventude. É fundamental debatermos tudo isso. A nossa meta é debater os direitos da juventude, entretanto, para isso, temos de entender que, para que se tenha esse direito, é preciso executar alguma coisa para garantir o meu direito. De nada adianta ter o direito e não ter instrumento para garanti-lo. Assim, é preciso que haja instrumentos para executar esses meus direitos. É isso que faremos amanhã. Hoje é um dia de muita importância para nós que estamos aqui debatendo a política de juventude no Plenário principal da Assembleia, onde as grandes decisões de Minas Gerais são tomadas. Estamos aqui para debater política de juventude, o que, até pouco tempo atrás, não imaginávamos que poderia acontecer, e está acontecendo. É um grande sonho estar aqui, é um momento importante para se construir tudo isso. Aliás, o nosso Governador Aécio Neves deu total apoio para a construção da política de juventude no Estado, criou a Secretaria de Esportes e da Juventude e a Coordenadoria. Hoje, existem seis grande projetos na Coordenadoria e várias ações importantes, como é o caso do Fica Vivo, do Poupança Jovem, dos Chefs do Amanhã e dos Diálogos da Juventude. Agora, estamos criando o conselho. Não sei se vocês sabem, mas já existem 94 Conselhos de Juventude criados em Minas Gerais. É o Estado com maior número de Conselhos Municipais de Juventude do País. Ou seja, estamos construindo. Em Minas, o jovem tem vez e voz e constrói a sua própria história. É com muito orgulho que estou aqui e deixo um abraço carinhoso para todos. Espero que amanhã tenhamos um dia de trabalho muito legal, a fim de, efetivamente, apresentarmos as propostas dos jovens de Minas Gerais para a construção do Estatuto Nacional da Juventude. Um abraço e muitíssimo obrigado.

Palavras do Deputado João Leite

Boa-tarde e muito obrigado. Na pessoa do Deputado Weliton Prado, que preside esta audiência na Assembleia Legislativa, gostaria de saudar a todos os componentes da Mesa e os demais presentes. Rapidamente, gostaria de fazer uma manifestação que está um pouco ligada à segurança pública. Queria falar um pouco da minha experiência como jovem, isto é, da minha bandeira quando jovem. Tive o cuidado de ler a proposta que vocês receberam. Ou melhor, o Deputado Federal Reginaldo Lopes teve o cuidado de trazer a proposta, o projeto de lei. Foram duas as lutas da minha juventude. A primeira diz respeito à minha carreira como atleta, desde criança. Passei grande parte da minha juventude como atleta profissional, empreendendo uma grande luta para o reconhecimento da carreira de atleta profissional, já que, no Brasil, o jogador de futebol não tinha profissão até 1976. Foi uma grande luta e uma conquista para todos nós naquele momento. Também queria falar de uma outra luta, que é um grande direito que temos. Tive o cuidado de estudar a Constituição, porque ela fala desse direito. O projeto de lei fala "em passant" desse direito de todos nós, que é o direito à crença e ao culto religioso. Lembro-me de que, no meu tempo de jovem, tinha a minha fé e queria falar dela. Eu jogava com uma inscrição, na minha camisa, falando de Jesus: "Cristo salva". Mas essa inscrição foi proibida no Brasil. Ao fazer isso, eles rasgaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, no seu art. 18, diz que toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular. Imaginávamos que proibições como essa seriam do tempo da ditadura militar no Brasil, das ditaduras no mundo. Estamos vendo agora que os jovens atletas brasileiros querem manifestar sua fé, mas alguns querem proibir. Daqui a pouco, será proibido que um jovem atleta entre em campo fazendo o sinal da cruz por ser católico, porque não querem que a religião seja manifestada. Recentemente, alguns Procuradores Federais queriam retirar todas as bíblias e os crucifixos de repartições públicas. Teriam um pouquinho de trabalho para retirar aquele crucifixo, não sabemos quem o colocou na Assembleia Legislativa. Ele pertence a quem? Ao Deputado João Leite ou a um Deputado católico da Assembleia? Não, ele pertence à fé do povo de Minas Gerais. Tudo bem, o Estado é laico, é separado, mas as pessoas são religiosas, elas têm direito à manifestação. Isso não pode ser impedido.

Quero deixar aqui, Deputado Reginaldo, a sugestão de que haja capítulo especial para a crença da juventude, para aquilo em que creem. Hoje querem cortar, retirar a fé da pessoa. Imagino aqueles Procuradores criando um monte de servidor público para procurar as bíblias, os crucifixos. O que fariam com a bíblia? Queimariam? E com os crucifixos? Quebrariam? O que fariam com isso? Então é muito importante para a vida do jovem. Deixo meu testemunho, porque tentaram me calar, impedir-me de falar sobre minha fé, como hoje ainda pretendem calar os atletas. A Fifa não está acima da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a CBF não está acima da Constituição Federal. Esse Estatuto da Juventude precisa permitir ao jovem que ele tenha sua fé, que fale da sua fé. Estamos na Assembleia recebendo uma religiosa, que veio com sua vestimenta. Ela é uma irmã, tem todo o direito, ela é religiosa. Mas poderiam questionar: a Assembleia é laica. Ela não poderia entrar aqui? Precisamos garantir esse direito a todos os jovens. Para terminar, quero dizer que todos os jovens têm direito ao espaço esportivo, ao espaço para praticar esporte, para fazer sua caminhada, para cuidar da sua saúde. Dizem que, se investíssemos mais no esporte, na juventude do Brasil, gastaríamos muito menos dinheiro na saúde. É impressionante a conta que se faz. Mas o que fazem muitos administradores? Quando precisam construir algo público, dizem: "Vamos construir em cima daquele campo de futebol". Acabam com o campo, com os espaços esportivos. Os jovens não têm mais espaço para o esporte.

Termino dizendo que sou do tempo em que Belo Horizonte era generosa com as crianças, com os adolescentes e com os jovens. Existiam espaços, vários campos de futebol, nascentes, que eram nossas piscinas gratuitas, mas que foram tampadas. Hoje grandes avenidas passam por nossos campos de futebol. Se você quiser jogar futebol, se quiser nadar, pague escolinha, porque não há mais espaço público. Sonho com escolas que tenham espaços esportivos, piscinas, pistas de atletismo, que é um esporte tão importante.

Finalizando, convido todos para o seminário legislativo "Esporte, Infância e Adolescência", que a Assembleia realizará. A etapa final será realizada neste Plenário. Esclareço que estão sendo realizadas outras etapas - em Poços de Caldas, Patos de Minas, Montes Claros e Juiz de Fora -, e a etapa final será realizada nos dias 25, 26 e 27/11/2009, neste Plenário da Assembleia Legislativa. Vocês construirão esse Estatuto. Façam-no lembrando que temos fé, temos crenças; para sermos integrais, precisamos da nossa fé, da nossa crença. Lembrem-se de que precisamos também do esporte. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Nilo Furtado

Boa-tarde a todos e a todas. Cumprimento os integrantes da mesa na pessoa do Reginaldo, que tem realizado excelente trabalho pela juventude. Sobre o Estatuto da Juventude, queremos que se faça um que realmente atenda às demandas e aos anseios da juventude. Não queremos um estatuto mirabolante, que não atenda a essas demandas, mas um estatuto com o pé no chão, que de fato possa transformar a realidade da nossa juventude. Nos 26 Estados e no Distrito Federal, temos hoje 26 organizações de juventudes estaduais - coordenadorias e secretarias -, mas apenas 9 Conselhos Estaduais de Juventude. Ou seja, realmente falta a implementação das políticas públicas de juventude.

Queremos que a juventude seja posta em seu lugar e levada a sério; que a ela se dê o devido valor. A juventude não é só aquela que lutou por bandeiras como "O petróleo é nosso" e "Fora Collor"; não: a juventude tem seu papel e sabe o que quer. E o que queremos é a participação do jovem. Queremos que se construam políticas públicas para a juventude com a participação do jovem. Que ele possa opinar sobre o que faz e sobre qual o seu papel. Vivemos momento ímpar na história, em que à juventude é realmente dado valor. Há alguns anos, só se pensava na juventude como problema, como conjunto de pessoas que só sabiam causar problemas às autoridades. Hoje, não: somos ouvidos, temos nossa voz e podemos falar. Nosso principal papel como jovens é o de mostrar que temos voz e vez e que somos conscientes do que queremos:

transformar nossa sociedade. Para isso, queremos educação de qualidade, oportunidade e transporte. Tudo isso porque queremos mudar. Somente com a educação poderemos ter um país realmente livre de qualquer opressão. Com cultura, teremos, sim, jovens que saibam reivindicar seus direitos e que saibam onde buscá-los. Esse é nosso papel como Conselheiro de Juventude: ajudar a comunidade jovem a buscar sua transformação, seu recurso, para que realmente possa transformar nossa sociedade. Gostaria de deixar essas palavras para a reflexão de todos. Muito obrigado.

Palavras do Deputado André Quintão

Boa-tarde, juventude presente. Peço licença aos integrantes da mesa para cumprimentar a Heloar, primeiramente, pois a mesa estava com representação de gênero minoritária em relação à participação política e efetiva da juventude feminina. Portanto, inicio minha fala cumprimentando a Heloar e, em sua pessoa, todos os jovens presentes. Cumprimento o Deputado Weliton Prado, Presidente desta reunião, Deputado competente e combativo; o amigo e companheiro Reginaldo Lopes, referência no Congresso Nacional em defesa das políticas de juventude; o Roberto Tross, coordenador da política de juventude em Minas Gerais - e estendo os meus cumprimentos ao Secretário, colega e amigo Gustavo Corrêa -; o Nilo Furtado, em cuja pessoa cumprimento todos os Conselheiros de Juventude do Estado e dos Municípios; e os gestores de políticas de juventude já mencionados.

O fato de a Assembleia realizar essa etapa de discussão do Estatuto da Juventude é uma alegria para nós. É muito importante colher sugestões de Minas Gerais para o aperfeiçoamento da proposta em tramitação no Congresso Nacional. Uma das coisas que mais temos discutido é não fazer política para a juventude, mas política com a juventude e de juventudes. Não adianta falar e não fazer. Esse é um bom exemplo. Na tramitação da nossa lei na Casa, realizamos várias audiências públicas por meio da Comissão de Participação Popular. A primeira conferência estadual referendou a nossa proposta. A participação popular legítima e dá força às leis em vigor neste país.

Serei breve, pois amanhã vamos discutir a Lei Estadual de Juventude. Trouxe uma cartilha, que lhes será entregue, e gostaria que a lessem até amanhã, se tiverem tempo, para que possamos fazer o debate com uma base comum de informação.

Quero destacar a nova forma de compreender, valorizar e respeitar as juventudes. Muitos disseram, com razão, que temos de acabar com essa história de que a juventude é o futuro. A juventude é o presente; as pessoas estão vivendo, têm anseios, demandas, sonhos, frustrações, angústias. Não estamos preparando algo para o futuro, mas estamos vivendo o presente. Outra questão é a associação de juventude com problema. Pensam em juventude e se lembram de droga, violência, bagunça, irreverência. Precisamos inverter essa lógica, o que significa compreender a importância dessa fase da vida que a lei estipula entre 15 anos e 29 anos. Essa é uma fase muito importante para todos vocês e para os jovens brasileiros, que já são 51 milhões. Não estamos falando de poucas pessoas, mas de 51 milhões de brasileiros. A juventude é o período fundamental da formação acadêmica e intelectual. É quando nos descobrimos e quando conhecemos o mundo. É nessa fase geracional que começamos a fazer nossas escolhas profissionais, a orientar nossos dons, talentos e vocações. É nessa fase que nos habilitamos para o primeiro emprego, que criamos condições para ter a autonomia da sobrevivência própria, ainda que mantidos os vínculos afetivos e familiares. Mas também é o momento em que começamos a ter um nível de autonomia na construção das nossas próprias vidas e escolhas. É nesse período que amadurecemos politicamente e formamos as nossas convicções políticas para compreensão do mundo. Tudo isso é fundamental. E vejo a irreverência e a ousadia como fatores altamente positivos e próprios da juventude. É nesse momento também que quebramos barreiras, que ousamos, que quebramos preconceitos, que rompemos com estigmas e preconceitos. Isso é positivo; portanto, tem de ser vivido muito intensamente para que essas escolhas e esse processo tenham bons resultados no presente, também alicerçando os passos seguintes.

Terminando, acho que temos desafios muito objetivos que devem ser enfrentados no Plano Nacional - o Estatuto e o Plano Nacional são um bom caminho -, no Plano Estadual e no Plano local. Em Minas Gerais, temos ainda um nível de evasão escolar muito alto no ensino médio, e milhares de jovens que nem sequer têm acesso a essa etapa de ensino ou não a concluem. Imaginem hoje um jovem que não conclui o 2º grau; o que o espera na vida, na profissionalização e na geração de renda? Não temos ainda a inclusão digital. Quantos jovens ainda estão distantes dessa revolução causada pela informática?

Temos ainda problemas gravíssimos no primeiro emprego. Não sei se sabem, mas a maior taxa de desemprego está concentrada na faixa da juventude. E os jovens precisam de um nível de renda, às vezes, até para se manterem na universidade. O nível de participação na universidade do jovem do Brasil em idade de cursar o ensino superior é muito baixo - cerca de 12%, 13%. A cada 10 jovens que poderiam estar na universidade, apenas 1 está. É muito pouco. Temos hoje dificuldades gravíssimas na área social, relativas à manutenção, à renda. Muitos casos de evasão escolar são causados pela necessidade do trabalho.

Temos problemas relacionados ao desrespeito à diversidade étnica, racial e sexual. Temos problemas ainda de incompreensão ou mesmo de bloqueio do chamado protagonista juvenil. A história de que o jovem é alienado vai virando uma verdade, porque, às vezes, faltam canais adequados de participação política do jovem ou mesmo reconhecimento de expressões políticas do jovem por meio de outras manifestações - o "hip-hop", uma pintura, uma música, uma manifestação não formal, não enquadrada no modelo clássico partidário.

Portanto, temos muitos desafios, mas eles devem ser superados com a colaboração de todos. Daí a importância do evento de hoje, da organização estudantil, das juventudes nas suas mais diversas formas. Estaremos aqui, amanhã, à disposição, para discutir a lei estadual e contribuir com os projetos e com o estatuto do Deputado Federal Reginaldo Lopes, reconhecendo avanços. Acho muito importante reconhecermos que alguma coisa está sendo feita. Hoje temos o ProUni, a retomada da ampliação das vagas nas universidades federais, a ampliação de recursos para a educação por meio do Fundeb, a retomada do ensino técnico profissionalizante, o apoio aos Municípios com o objetivo de estimular as coordenadoras e os conselhos municipais. Já mencionei, Roberto, a I Conferência Estadual em Minas Gerais, que tem essa lei de nossa autoria. O nosso desafio agora é efetivá-la. As coisas estão caminhando, mas o passivo social no Brasil é tão grande que temos de caminhar mais rápido, porque isso significa uma juventude e seres humanos mais felizes. Muito obrigado e bom trabalho para todos vocês.

Palavras do Deputado Federal Reginaldo Lopes

Boa-tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a Mesa; o Deputado Weliton Prado, nosso Presidente, esse jovem parlamentar; o Deputado Federal Elismar Prado, nosso colega na comissão especial, membro da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude e um dos autores do projeto da merenda escolar no ensino médio. Faço aqui esse registro. Cumprimento os Srs. Roberto Tross, nosso Ministro e coordenador da Juventude, da Secretaria de Esportes e da Juventude; Rogério Correia, nosso Secretário; e Nilo Furtado, nosso Presidente do Conselho Estadual da Juventude; o Deputado André Quintão, nosso amigo e companheiro de partido, liderança importante também nas causas da juventude brasileira e mineira e autor da lei que estabelece a Política Estadual de Juventude no Estado. Acredito que, por meio da sua lei, o Estado seja um dos primeiros a ter essa política aprovada por lei. Isso é muito importante, porque retira esse debate unicamente do âmbito do governo e traz para uma dimensão maior das políticas, que é a política de Estado. Parabéns, Deputado André Quintão, que representa aqui nossa juventude e as mulheres; além disso, parabenizo V. Exa. pela experiência nas ações objetivas e concretas de programas do Estado para nossa juventude mineira, que foi uma das que participou ativamente desse programa. Cumprimento também os Deputados que estiveram presentes no início da reunião e já se retiraram; agradeço-lhes a presença, como a do Deputado João Leite, que fez uso da palavra. Vejo ali a Deputada Gláucia Brandão, a quem agradeço a presença.

Primeiramente, antes de discorrer especificamente sobre o Estatuto, quero falar um pouco sobre como se deu esse processo, até sobre a comissão especial, que tem a responsabilidade de dar o parecer nessa matéria. Em 2003, criamos uma Frente Parlamentar em Defesa das

Políticas Públicas para a Juventude, que serviu como movimento suprapartidário para que a Câmara dos Deputados criasse uma comissão especial, pela primeira vez na sua história. Esse foi o grande objetivo dessa Frente Parlamentar. Para que, naquele momento, defendemos a criação de uma comissão especial de políticas para a juventude? Justamente para que essa comissão percorresse o Brasil. Como muito bem disse o nosso Deputado André Quintão, desde o início dos trabalhos, mais do que construir essa política, nossa compreensão era de que seria importante construí-la com a participação da juventude brasileira. Essa comissão foi criada em abril e instalada em maio de 2003. A partir de cronograma de trabalhos, realizamos várias audiências nos Estados e terminamos com grande Conferência Nacional de Juventude, que evidentemente foi capitalizada pelo parlamento, pela Câmara dos Deputados. Naquele momento, decidimos os rumos da política para a juventude no País. Por que definimos ali, com os jovens, esse rumo? Porque foi a partir dessa Conferência que concluímos o trabalho dessa comissão especial de juventude, que tinha como obrigação regimental estudar e propor políticas para a juventude. A conclusão desse trabalho foi a apresentação de cinco projetos de lei à Câmara dos Deputados e de quatro indicações ao Poder Executivo.

Então, fizemos as indicações ao Poder Executivo, as quais o Presidente Lula acolheu de forma extraordinária. Logo no ano de 2005, ele anunciou a criação da Secretaria Nacional com o formato da juventude brasileira, e solicitou em todos os debates que a Secretaria fosse mais de articulação e de coordenação, já que se trata de uma matéria transversal, no que diz respeito às ações. É impossível garantir uma política tão transversal que perpassasse todos os ministérios ou secretarias - seja no âmbito municipal, seja no estadual - e criar um órgão finalístico, específico para executar essa política. Por isso, o formato que temos hoje da Secretaria Nacional da Juventude foi pensado juntamente com a juventude brasileira e foi acolhido pelo Presidente Lula.

Registro a presença do Deputado Célio Moreira e do Deputado Paulo Guedes, Vice-Presidente do PT. Aproveito a oportunidade para convidar a Deputada Gláucia Brandão para compor a mesa conosco.

A partir da criação da Secretaria Nacional da Juventude, temos à frente do órgão o companheiro Beto Cury, nosso conterrâneo, mineiro de Divinópolis. No mesmo ato, no dia 1º/2/2005, o Presidente Lula, por medida provisória, criou o Conselho Nacional da Juventude, uma grande vitória dos movimentos que trabalham com e para jovens estudiosos da matéria. Esse Conselho teve sua criação com maioria da sociedade civil, isto é, com dois terços da sociedade civil e um terço de representantes do Poder Executivo. Nessa mesma data também foi anunciado um programa para a juventude brasileira, pois os que existiam até então dialogavam apenas com parte da juventude. Não tínhamos um programa que dialogasse integralmente com as diversas realidades da juventude brasileira. Antes do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, houve o programa Agente Jovem, iniciado no governo anterior, mas que atendia menos de 30 mil pessoas. Porém, com a criação do Programa Nacional da Juventude, demos início à unificação das políticas de juventude no Brasil; depois, em 2007, transformamos esses programas no Programa Nacional da Juventude, unificado em quatro grandes ações para as várias realidades da nossa juventude: o ProJovem Trabalhador, que atende jovens que ainda não tiveram oportunidade de se inserir formalmente no mundo do trabalho; o ProJovem urbano, destinado aos jovens vítimas de um país que não universalizou o acesso à educação, os quais, por várias razões, abandonaram a escola formal - esse programa era um resgate que permitia que a nossa juventude voltasse para a escola regular, mas com um novo projeto político-pedagógico, mais ousado, que dialogava com o jovem de 18 a 29 anos que não concluiu a 8ª série -; o ProJovem Adolescente, que ofereceu 500 mil vagas aos jovens em estado de vulnerabilidade social, de 15 a 17 anos; por último, o ProJovem Rural. Evidentemente, não poderíamos esquecer-nos da realidade do jovem do campo. Trata-se de um marco do País em relação às políticas públicas para a juventude. Ou seja, é um grande programa, que tem um orçamento de R\$6.000.000.000,00 e a meta ousada de atender 4.500.000 jovens nos próximos três anos. Assim, 1.500.000 jovens serão atendidos por ano, e é por isso que podemos dizer que o País realmente passa a ter um programa destinado à juventude brasileira. Na verdade, o número atendido anteriormente era muito insignificante perto da demanda que temos em relação à juventude brasileira.

Temos 50 milhões de jovens de 15 a 29 anos, quase 30% da população, com uma diversidade de demandas extraordinária, como acesso à formação tecnológica e técnico-profissionalizante. Além disso, há a demanda de jovens defasados na série-idade, que são mais de 12 milhões, e de jovens que ainda se encontram no analfabetismo, mais de 3 milhões, sem falar na taxa de desemprego. É bom sempre lembrar, Deputado André Quintão, que, quando o jovem só possui a formação no ensino médio ou a formação básica, essa taxa de desemprego chega a penalizar 20% deles. A taxa de desemprego adulto no País, graças ao crescimento econômico promovido nos últimos sete anos, é de 7,8%, ou seja, menos de 8%. Podemos dizer que, para cada adulto desempregado, há quase três jovens. Quando o jovem passa a ter o direito, o acesso à formação superior, a um curso na universidade, essa taxa cai para 3,8%; e, quando tem acesso à formação tecnológica, impressionantemente, a taxa cai para 1,8%, índice inferior à taxa de desemprego em qualquer país da Europa.

Essa é uma demonstração de que as demandas feitas pela juventude brasileira em relação à educação, à inserção no mundo do trabalho, à cultura e ao tempo livre estão corretas, pois são demandas prioritárias para construir um novo Estado de Direito, com base nesses dados e nessa realidade. Por isso, houve muito avanço, Deputado Weliton Prado e Roberto Tross. No governo do Presidente Lula, o Brasil consegue ampliar de 100 mil vagas para jovens nas escolas técnicas, os antigos Cefets, e hoje Institutos Federais de Ciência, Tecnologia e Educação, para 500 mil vagas. Ampliamos também - o Deputado André Quintão expôs isso muito bem - de 100 mil vagas para as universidades federais, com o programa Reuni, programa de reestruturação e ampliação das universidades, para 230 mil vagas por ano. É evidente que ainda há uma demanda muito grande, que está reprimida. Mas saímos da taxa de 9% de jovens de 18 a 24 anos com acesso às universidades federais e atingimos a taxa de quase 40% de jovens. Todas essas políticas fazem parte dessa grande estratégia.

Quando cheguei aqui hoje, a repórter me perguntou por que precisávamos criar mais uma lei específica, já que a Constituição fala nos direitos de toda a população, como o direito à educação, ao trabalho e às políticas sociais. Isso é para o debate. Há 19 anos, aprovamos o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas não avançou tanto. Então, por que mais um Estatuto da Juventude, mais um Plano Nacional da Juventude, mais uma emenda constitucional da juventude? Isso serve para este debate. É bom destacar que essa matéria está a cada dia consolidando-se mais como política pública brasileira. Posso afirmar isso com base nos resultados. Não votamos sequer a emenda constitucional. Falei das indicações ao Poder Executivo, da criação de um programa nacional de massa para a juventude, da Secretaria Nacional da Juventude, da indicação para que o governo instituisse como política sempre consultar a juventude, por meio de conferências, de quatro em quatro anos. Aliás, o governo já convocou a primeira. Mais do que isso, o Parlamento também possui as suas prerrogativas. Quero ater-me aos projetos de lei que são prerrogativas do Executivo.

Quando começamos a fazer esse debate, percebemos que a nossa Constituição Federal, que tem a denominação de Constituição Cidadã, que garantiu direitos e universalizou políticas, cometeu um equívoco em relação à juventude. Naquela época, em 1988, ainda vigorava a compreensão de que adolescência era o mesmo que juventude. Quando falamos de juventude, referimo-nos ao Estatuto da Criança e do Adolescente. É evidente que são prioridade absoluta, mas existe uma grande diferença porque, de fato, de acordo com os indicadores sociais, estamos alongando cada vez mais a nossa fase na juventude. Na época da Revolução Industrial, os jovens estavam no mercado de trabalho com 14 anos. Hoje a realidade é outra. Quanto mais tarde o jovem se inserir no mundo do trabalho, melhor, pois isso acaba ocorrendo de maneira definitiva; quanto mais cedo se inserir, mais cedo será expulso do mercado na vida adulta. Geralmente, o mais pobre se insere no mundo do trabalho desqualificado, e o mais rico, que tem mais oportunidades, se insere bem-qualificado. O melhor trabalho para a juventude é a educação. Não existe outro trabalho. Infelizmente, até do ponto de vista cultural, os pobres são sempre levados a pensar que, quando estão estudando, não estão trabalhando, que só os mais ricos trabalham através dos estudos. Este realmente é um país que não universaliza oportunidades.

Portanto, entendemos que a política de forma geral não resolveu as questões específicas. Eu poderia listar um conjunto de indicadores para ajudar a defender a necessidade da política específica para a juventude. Mas todo o mundo já percebeu que quem é penalizado pelo desemprego, pela violência, essa guerra idiota que mata e prende ao mesmo tempo - são agentes e vítimas -, é a juventude brasileira, que compõe a maioria da população carcerária deste país. É evidente que a política geral não deu conta. Então, precisamos criar uma política específica. Por isso, a primeira ação da comissão especial foi mudar a Constituição Federal, foi fazer uma emenda constitucional dando visibilidade aos jovens, querendo reconhecer que há características que diferenciam o jovem do adolescente. E, a partir dessa visibilidade, essa proposta quer reivindicar políticas específicas, quer reivindicar um conjunto de ações para que a juventude possa dar conta dessa travessia,

superar essa fase. E a juventude só conseguirá fazer isso se tiver oportunidades garantidas pelo Estado brasileiro.

Na minha opinião, essas oportunidades se concentram em três grandes áreas. A primeira delas é a educação. Temos de universalizar a educação, que deve ser de qualidade. É evidente que temos várias metas no Plano Nacional da Juventude e queremos garantir esse direito na carta dos jovens, no Estatuto. É por isso que o Estatuto e o Plano Nacional defenderam a criação do Fundeb, mesmo que ainda não tenham sido votados. Mas já houve avanços na Câmara dos Deputados. O Fundeb foi aprovado, substituindo o Fundef, e nele foi incluída a pré-escola, a escola infantil e também a escola de ensino médio.

Com o fim da Desvinculação das Receitas da União - DRU - nesta quarta-feira, que desvinculava 20% dos recursos da educação, também incluímos, na mesma proposta de emenda à Constituição, a obrigatoriedade da educação de 4 a 17 anos. Independentemente da votação do Plano e do Estatuto, avançamos muito numa demanda legítima da juventude brasileira. É evidente que, no Plano Nacional, estamos buscando compromissos dos entes federados com a política de universalização da educação em todas as suas fases, especialmente com a política de formação do ensino técnico. Precisamos mudar o ensino médio no Brasil. Além de universalizá-lo, é preciso mudar seu projeto político-pedagógico. Esse projeto político-pedagógico de formação de conhecimentos gerais para o ensino médio não dialoga mais com a juventude brasileira. Na minha opinião, esse modelo está falido. Quero deixar bem claro que esse não é problema apenas do Estado de Minas Gerais, não é o modelo de Minas Gerais que está falido, é o modelo do País. Na semana, criei frente parlamentar pela reformulação do ensino médio no Brasil. Precisamos, no mínimo, fazer um ensino médio concomitante com a formação técnica, o início da pesquisa e da ciência; um ensino médio que garanta, no mínimo, uma missão, uma profissionalização, um ofício para esses jovens. Ocorre tanta evasão do ensino médio porque os jovens perceberam que esse ensino médio não responde às suas demandas. Esta é a grande tarefa proposta: além de universalizar, além da obrigatoriedade, ter novo ensino médio. Votei pela obrigatoriedade, mas falava com meus colegas que tornar obrigatório esse modelo de ensino pedagógico seria penalizar o jovem duas vezes: além da obrigatoriedade, estudar esse modelo falido, que não dialoga mais.

Precisamos também, evidentemente, ampliar o percentual de jovens nas universidades. Temos de nos dar conta de que, nos próximos 10 anos, metade da população que concluiu o ensino médio precisa ter vaga nas universidades federais e nas universidades estaduais. Temos luta importante também aqui, em Minas. Temos de cumprir a Constituição Estadual e estadualizar de vez nossa Uemg, que também poderia ajudar muito nesta meta de ampliar vagas para jovens nas universidades.

É importante também culminarmos com formação regionalizada. Creio que a Uemg dá conta disso, com os institutos federais descentralizados que o governo criou agora, que levarão em consideração os arranjos produtivos. É necessário que universidades e escolas técnicas também sejam instrumento da mudança da qualidade de vida nessas regiões, agregando tecnologia para que essas regiões gerem mais oportunidades para o povo que ali mora. Esse é outro desafio que está na responsabilidade do modelo das nossas universidades e das nossas escolas técnicas. Outra demanda é que dialoguem mais com nossa população, senão formaremos jovens que acabarão se concentrando em grandes centros. Esse é outro problema. Tive a oportunidade de ser relator do Fies. Com o objetivo de atrair médicos para atender às cidades mais pobres, faremos motivação por trabalho, por presença no serviço público, porque os profissionais acabam se concentrando nos grandes centros. Se não tivermos formação descentralizada, tanto do ponto de vista da formação superior quanto da formação técnica, esses jovens acabarão não voltando mais para sua região, para sua cidade.

Do ponto de vista do trabalho, entendemos que a formação para a inserção do jovem no mundo do trabalho tem de ser política do Estado. Do ponto de vista da cultura, do lazer e do esporte, o Deputado João Leite pronunciou-se muito bem aqui. Colocamos no Estatuto e no Plano que o Brasil tinha de criar lei de incentivo ao esporte para ampliar investimentos físicos e programas para o País. Ainda não aprovamos os dois documentos, mas o Brasil já aprovou lei de incentivo ao esporte. Então, como no Plano Nacional estão previstas 250 metas e o Estatuto se organiza em nove capítulos, vários projetos, tanto do Estatuto quanto do Plano Nacional, correram em paralelo e foram aprovados. Assim, podem perguntar: "Para que aprovar os dois documentos?". Há diferença enorme. Há ditado popular que fala que quem não é visto não é lembrado.

Queremos que a juventude brasileira seja, de fato, lembrada em todos os orçamentos públicos deste país, da Prefeitura, do Estado e da União. Precisamos consolidar-nos com um conjunto de responsabilidades. Como a política da juventude foi muito ampliada no País, a maioria dos Estados criou Secretarias Estaduais, Conselhos Estaduais, e a maioria das Prefeituras criou assessorias especiais, Conselhos Municipais. Entendemos que é preciso "empoderar" esses atores, esses agentes políticos; tanto os políticos como os gestores das políticas públicas. Para "empoderar" esses que lutam e acreditam que o novo Estado de Direito nasce da universalização dessas políticas específicas para a juventude, é preciso ter uma política de juventude. Senão, ficam, na periferia do governo federal, na periferia do governo do Estado, na periferia do Prefeito, as ações específicas para a juventude. Não é, Roberto? Isso não é um problema de nenhum Estado, mas uma realidade.

Esse debate é muito sensível. Todo o mundo fala que é preciso fazer uma política transversal, interministerial, "intersecretarias"; tem de ser feita toda a horizontalização da política, que não pode ser verticalizada. Todo o mundo debate, mas isso são teses da sociologia, das ciências políticas. Na prática, quando chega em qualquer governo, Ministério ou Secretaria, cada um cuida do seu dinheirinho, do seu orçamento e das suas ações específicas. Não se consegue fazer essa interdisciplinaridade. Na política para a juventude, não tem jeito. O Roberto Tross não tem como pedir o dinheiro da Secretaria de Educação à Vanessa: "Não, aqui eu vou criar o meu modelo político e pedagógico de formação dos jovens". É impossível. Ou então solicitar ao Marcus Pestana: "Olhe, me dá a minha parte porque eu vou fazer a política de reparação de danos". É outra política.

A política no Brasil hoje, em relação às drogas, alivia para o traficante e penaliza mais o usuário. E não conseguimos dar um passo à frente nesse debate. Então tudo isso requer muita habilidade, muita articulação, muita coordenação. Por isso precisamos - eu diria nessa segunda fase das políticas para a juventude - "empoderar" os agentes políticos e os gestores políticos. Para isso, precisamos ter esses marcos regulatórios do Estado brasileiro, os quais vão superar governos. Hoje governa o Lula, o Aécio, mas amanhã vão governar outros atores, outras personalidades, e o que importa é que a juventude continuará existindo, com novas demandas. Por isso nós construímos esse conjunto de políticas coletivamente. No projeto, prevê-se o monitoramento, a avaliação e o controle. Todos os dois documentos, em especial o plano de metas para os próximos 10 anos, dão total poder às conferências, em especial à conferência estadual, de fazer um monitoramento, uma avaliação e uma retomada de rumos. Porque isso muda, estamos tratando de um segmento que tem uma rotatividade enorme de demandas, de desejos, de vontades, de sonhos, e qualquer política pública tem de ser capaz de dar respostas às atuais demandas. É que no Brasil temos demandas do século passado e temos demandas do século XXI. São demandas passadas, do século passado, como acabar com o analfabetismo. E as demandas do século XXI, do século presente, são ampliar e consolidar a participação juvenil na vida deste país.

Quando as pessoas falam que os jovens da década de 60 eram mais participativos e perguntam se, no século XXI, eles são menos participativos, é que mudaram as formas de participação. Não temos mais o inimigo comum. Há várias bandeiras; e que a juventude se unifique nessas várias bandeiras. É por isso que precisamos garantir, cada vez mais, a participação. Precisamos chamar a juventude a participar também da vida partidária. Precisamos melhorar a qualidade dos partidos políticos, não de um partido, mas de todos.

Eu tenho defendido no Estatuto - falei no seminário, em Brasília - que precisamos colocar uma cota, sim, para os partidos políticos. Foi importante colocar a cota de 30% para gênero. Temos de colocar uma cota com recorte cronológico, temos de permitir e obrigar os partidos a renovar os seus quadros políticos, permitir um novo olhar da política. Por isso tenho defendido que no mínimo 10% das vagas têm de ser destinadas a jovens de 18 a 29 anos. No Estatuto, no Plano e na reforma política; e mais do que isso.

Para encerrar, creio que há temáticas. Por exemplo, o jovem em conflito com a lei.

Se o País não consegue criar políticas para dialogar com os jovens, que estão ainda em formação de caráter e valores e se encontram, hoje, em conflito com a lei, esse Estado não dará conta de cuidar de nenhuma outra parte da população. Se o Estado não é capaz de fazer nada no presente, não fará também no futuro. Então, antes de sair prendendo todo o mundo pensando que assim se resolverá o problema, deve-se fazer um amplo diálogo de políticas públicas, de universalização de direitos, pois, caso contrário, não resolveremos os problemas e as injustiças deste país. Por isso tratamos essa questão do jovem em conflito com a lei como um artigo importante do Estatuto e tratamos também no Plano Nacional como um conjunto de metas para podermos criar uma nova perspectiva para o País. Essa visão de que é mais fácil sair prendendo jovens em conflito com a lei é conservadora, pois não conhece a realidade e a ausência do Estado.

Mas o Estado tem muita ausência. Por exemplo, o que o Estado foi capaz de fazer, em termos de políticas afirmativas, com esse jovem que na adolescência foi submetido à violência? Pouco. Por isso acredito que demos um passo à frente quando constitucionalizamos na PEC - que reconhece que o jovem é sujeito direito - o Plano Nacional e o Estatuto. Então, esses dois documentos estão constitucionalizados. No entanto, é preciso elaborar um plano nacional de 10 em 10 anos para que a Constituição brasileira, nossa Carta Maior, seja cumprida. E queremos isso: que, quando for aprovado esse plano nacional, os Estados criem seus planos estaduais, assim como os Municípios também criem seus planos municipais. É evidente que não podemos obrigar os Estados e os Municípios a isso, pois seria um erro do ponto de vista legislativo e constitucional, mas queremos, Roberto Tross. É impossível pensar uma política nacional para a juventude lá em Brasília se cada Estado e cada Município não tiverem um recorte de suas demandas, das suas necessidades, estabelecidas em um conjunto de prioridades e responsabilidades. Isso é evidente. O Roberto Tross tinha razão quando falou comigo, há cerca de cinco anos, em uma audiência da frente parlamentar, que era necessário criar um sistema nacional de política para a juventude. Acredito que a PEC, o Plano e o Estatuto são um sistema, mas você dizia o seguinte: "E como será financiado esse sistema?". Concordo com você e falei isso no seminário. Devemos criar um fundo nacional para a juventude. Não criaremos um fundo para financiar políticas finalísticas, porque perderemos a lógica da transversalidade, da interdisciplinaridade dessa temática, mas é necessária a criação de um fundo que fortaleça as organizações da juventude. É bobagem achar que o Estado vai financiar programas, encontros de formação e movimentos; que por isso esse movimento vai virar chapa branca. Conheço, por exemplo, um modelo na Espanha. Geralmente, quando o Conselho de Juventude é na maioria socialista, o governo é mais de centro-direita e vice-versa. Então, não há razão nenhuma para isso. O Estado é uma instituição. E algumas instituições de âmbito nacional, que, de fato, têm um trabalho forte na inserção, na formação, na participação, que convoca os jovens a participar, não se curvarão porque têm ou não recursos públicos, até porque estes são do povo brasileiro e não de um ou outro partido que no momento esteja governando o País. Então, a questão do fundo é fundamental para avançarmos, e entendo que o sistema seja o conjunto de documentos de marcos regulatórios, ou seja, o Plano, o Estatuto e a PEC. O fundo irá financiar, acompanhar e monitorar o cumprimento das políticas presentes nesse sistema. Essa é a minha contribuição. Estamos aí para responder dúvidas e perguntas. Os documentos - tanto o Plano quanto o Estatuto - foram entregues aos senhores e senhoras e aos jovens. A Câmara criou um portal para participar diretamente deste debate, e vocês terão, por via da internet, por carta, por "e-mail" ou por meio dos próprios gabinetes dos Deputados, de lançar o olhar e a contribuição de vocês. Estamos terminando como iniciamos. Pela primeira vez no Brasil, iniciamos um debate em que acatamos todas as propostas da juventude e o estamos terminando ouvindo a juventude. Esse projeto combinou a participação direta, que é povo, com a participação indireta, que somos nós, delegados pelo povo brasileiro por meio do voto e da democracia. Combinamos nesse projeto e nessa articulação da política nacional para a juventude. Conseguimos fazer essa bela combinação da democracia direta com a democracia indireta. Por isso estamos consolidando tantas vitórias. Para encerrar, quero dizer que já avançamos muito. Conseguimos extraordinários resultados. No plano nacional, farei alguns quadros comparativos nos quais constarão o antes da proposta e o depois, para mostrar que valeu a pena o debate. Muitas vezes participamos de um debate, mas achamos que essa participação não valeu a pena. De fato, o Brasil mudou muito e está mudando, com uma nova lógica do jovem, que não é mais considerado problema, mas parte da solução da futura e consolidada Nação que todos estamos lutando para construir, que se chama Brasil. Obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase dos debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia, para que possamos agilizar o debate. Solicitamos aos participantes que desejarem fazer uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações. Cada participante disporá de 3 minutos para sua intervenção, garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Geraldo Daniel Correia - Meu nome é Geraldo Daniel Correia, sou de Belo Vale. Trago uma pergunta aos nobres Deputados. Hoje tramitam no Brasil projetos de lei em favor da juventude, enquanto em outros países, em suas Constituições, esses já são leis. Os nossos 51 milhões de jovens sofrem por falta de políticas públicas. Sendo V. Exas. nossos representantes, por que não lutam, de forma urgente, para fazer retroceder esses fatos estão acontecendo?

O Sr. Presidente - Agradeço a participação do Sr. Geraldo. As respostas serão dadas em conjunto. Amanhã os debates continuarão nos seis grupos de discussão. Quem quiser apresentar propostas poderá fazê-lo amanhã, na Escola do Legislativo.

O Sr. Tiago Franco - Meu nome é Tiago Franco, de Contagem. Inicialmente cumprimento os componentes da Mesa, especialmente o Coordenador de Políticas Públicas de Juventude, Roberto Tross. Parabenizo a iniciativa deste evento, assim como a participação de todos os jovens. Conversei com algumas pessoas que viajaram 300, 500 quilômetros para estar aqui. Minha pergunta vai diretamente para o Deputado Federal. Sabendo que o próximo ano é eleitoral, há preocupação em estatizar as políticas públicas de juventude, não deixando que estas fiquem a gosto do Chefe do Executivo, a gosto do Governador.

Então eu gostaria de saber qual é o momento realmente de tramitação tanto da proposta de emenda à Constituição quanto do Estatuto da Juventude; o momento exato em que nós, mineiros, poderemos ter a certeza absoluta de que... Sabemos que Aécio Neves, por exemplo, é uma pessoa sensível em relação à juventude, então, quando ele deixar o governo, independente de qual seja o Governador eleito, gostaria de saber se poderemos dar continuidade a essas políticas que estamos tendo no Estado e no País. Assim pergunto: em que momento está a proposta de emenda à Constituição e o Estatuto? Teremos condição de aprovar isso ainda este ano? Se não, aprovaremos no ano que vem? Se sim, quando do ano que vem? Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Tiago. Mais alguém quer fazer uso da palavra?

A Sra. Edvilma Fernandes de Carvalho - Boa-tarde. Cumprimento a Mesa. Meu nome é Edvilma Fernandes de Carvalho, sou de Belo Vale e gostaria de parabenizar o Deputado Reginaldo Lopes, quando ele disse: "Tenho a convicção de que uma das maiores dívidas do nosso país é com a nossa juventude". Realmente essa é uma grande dívida, porque eu, como cidadã - e não sou mais jovem, dessa forma estabelecida -, sinto-me lesada pelo nosso país enquanto juventude.

Estou aqui para pedir ao Estado, na pessoa do coordenador da Secretaria de Esportes e da Juventude que o Estado - complementando a fala do Deputado Reginaldo - dê as mãos aos Municípios mineiros, que são em sua maioria de pequeno porte. Nas nossas cidades, temos o mínimo de estrutura, não temos acesso aos programas que o Estado tem. Louvores aos programas Chefs do Amanhã e ProJovem, mas isso não chega até às nossas cidades por falta de estrutura.

A nossa cidade formou agora o conselho. E por quê? Porque o Estado nos deu a mão. Portanto peço mais apoio para os pequenos Municípios. Belo Vale está inserida em uma região mineradora e tem um potencial turístico enorme, mas não temos nenhuma política pública voltada para isso. Quando o Deputado fala em cursos profissionalizantes e regionalizados, isso é de grande importância, pois estamos vendo a nossa cidade ser devastada por mineradoras enquanto os nossos jovens não têm sequer um emprego nelas. Podemos contar nos dedos os jovens que têm emprego nas mineradoras. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos. Com a palavra, o Sr. Vítor, da Uemg.

O Sr. Vítor - Boa-tarde a todos. Minha pergunta é para o Coordenador Especial da Juventude Roberto Tross: "Muito se fala do programa Chefs do Amanhã. Então gostaria de saber se o governo tem outros projetos e quais são eles, para explicar melhor para o pessoal que está aqui". Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Vítor. O próximo, por favor.

O Vereador Edmilson Fabiano Ribeiro Nepomuceno - Boa-tarde a todos. Sou o Vereador Edmilson Fabiano, do Município Madre de Deus de Minas. Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de estar neste evento, que realmente, como foi bem-colocado pelos Deputados, é inédito. Mas o ponto mais importante desse debate é que não se criou aqui um debate em que o principal enfoque era a política, e sim o bem comum da juventude. Isso, para nós que estamos iniciando esse caminho, essa jornada, visando aos direitos da cidadania... E quero focar bem aqui, Reginaldo Lopes, os meus parabéns pela iniciativa e, principalmente, pela coragem de ser um dos primeiros a lutar por esses direitos. Até muitos anos atrás, falava-se o que não faziam e o que não se fez, mas o senhor, com muita simplicidade e comprometimento, decidiu a ser um entre os outros. Espero que seu papel e sua atitude, bem com a dos outros que aqui estão, para a finalização desse estatuto, seja corajosa.

Infelizmente, essa jovem foi lesada pelo Estado. Não queremos mais esperar pelo que não será feito. Espero que os senhores, que são os fatores da legislação nacional e estadual do nosso país, não apenas criem esse estatuto, o plano para a juventude, mas também acreditem em nós. Quando se acredita e se investe no jovem, fazendo com que ele acredite ser capaz, o resultado é bem comum no nosso Estado, no nosso país e, principalmente, no nosso Município. Obrigada pela oportunidade.

O Sr. Presidente - Agradeço ao Vereador Edmilson.

O Sr. Adriano Henrique Santana de Faria - Boa-tarde a todos. Meu nome é Adriano e sou estudante de economia da PUC Minas. Agradeço ao atuante Deputado Weliton Prado, Presidente da Mesa; ao Roberto Tross, Coordenador Especial de Juventude, pelo seu trabalho e pelo que vem fazendo pelo jovem de Minas; e ao Deputado Federal Reginaldo Lopes, com quem conversei muito sobre o Estatuto. Parabéns pela iniciativa.

Minha pergunta também é direcionada ao Reginaldo. Estamos percebendo uma juventude cada vez mais engajada e participativa em Minas Gerais. Prova disso é que os eventos aglomeram mais pessoas, das mais variadas tendências. Amanhã teremos um dia muito proveitoso. Os jovens passarão o dia discutindo essas questões. Desejo saber como as contribuições que daremos serão aplicadas no Estatuto. As matérias que discutiremos e proporemos serão realmente colocadas nele? Como isso será feito?

O Sr. Presidente - Obrigado, Adriano.

O Sr. Cleidisson Júnior - Sou o Júnior, Diretor da União Nacional dos Estudantes - UNE. A UNE sempre foi e continua sendo parceira nesse grande processo que culminou no Estatuto da Juventude. Estamos aqui para oferecer nossa solidariedade, nosso empenho e nosso esforço para que essas diretrizes, de fato, tornem-se políticas de Estado, conforme dito pelo Deputado Federal. Então que elas continuem sendo aplicadas, independentemente do governo ou das personalidades que lá estejam.

Resta-nos agora nos aprofundarmos na concepção de juventude de que estamos falando. Não podemos perder de vista que, quando falamos de juventude, fazemos recorte para o Estado de Minas Gerais, onde há a 2ª maior população afrodescendente da Federação; população essa que não se vê em livros escolares nem como professores nas escolas. É muito importante que esse estatuto tenha dispositivos claros, que rezem a promoção da igualdade etnoracial e de gênero. Sabemos que a população jovem mineira é muito grande, e sua maioria é negra. Então é importante que a UNE esteja diligente, vigilante e empenhada nesse processo. Aliás, estamos juntos nesse processo de transformar essas leis em medidas promotoras da igualdade racial entre a juventude brasileira, especialmente entre a juventude de Minas Gerais. Agradeço o espaço. A juventude da UNE e os estudantes do ensino superior estamos juntos nesse processo.

O Sr. Presidente - Obrigado, Júnior.

O Sr. Gleitson Faustino Ferreira - Sou o Gleitson, o Chocolate, de Itabira. Minha pergunta é direcionada a todos. Fala-se muito nos projetos, como se falou no Chefs do Amanhã e em vários outros. Nós, que somos do interior, vemos que esses projetos ficam muito focados na Capital, por isso gostaria de saber se continuarão voltados para a Capital ou se também atingirão o interior, pois que, no interior, também existem jovens que precisam desses projetos.

Com muito custo, conseguimos levar a Cufa para nossa cidade, o que está sendo muito interessante e importante. Todos os interiores, isto é, todas as cidades necessitam de projetos que estão dando certo não só em Belo Horizonte, mas também nas cidades vizinhas, como é o caso do projeto denominado Chefs do Amanhã e outros. Nossos adolescentes também precisam muito desses projetos, para serem profissionais do amanhã. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradeço ao Gleitson. Passamos a palavra ao Sr. Roberto Tross, Secretário, para que ele responda as perguntas e faça as considerações finais.

O Sr. Roberto Tross - Obrigado, Deputado. Responderei um a um. O Geraldo fez uma consideração mais relacionada à própria lei. Acho que o Deputado Reginaldo lhe explicará melhor, porque é uma pergunta relacionada à atividade do parlamentar. O Tiago perguntou quando o Estatuto será aprovado e perguntou também sobre a possibilidade disso dentro da lógica do processo legislativo. O Deputado Reginaldo é a pessoa mais indicada para responder-lhe. Houve uma pergunta também da Edvilma. Acho que responderei junto com a pergunta do Gleitson, que pediu apoio às cidades.

Primeiramente, fico muito satisfeito por você ter dito que o conselho foi construído graças ao nosso apoio. Isso é uma demonstração de que, com o passar do tempo, estamos, cada dia mais, interiorizando as ações da política de juventude no Estado. Sabemos que é bastante difícil essa interiorização, que depende, por exemplo, da estruturação das entidades no interior. Em Itabira, por exemplo, há o Néelson, que é uma pessoa extremamente atuante, é um "cracasso" na política de juventude. Ele tem conseguido levar tudo isso.

O que quero responder para vocês dois é: por que a nossa luta para criar um sistema, para ter um recurso, é tão grande? Porque enquanto não

houver, por exemplo, uma legislação que determine aos Chefes do Executivo - porque a lei obriga, é o que chamamos, no direito, de imperativo, a lei é o imperativo - que deve existir um conselho municipal ou estadual de juventude, um órgão específico de juventude, enquanto isso não estiver construído - debateremos isso aqui hoje e amanhã -, enquanto não tivermos um programa com essa sistemática toda feita, as coisas dependerão muito do acontecimento momentâneo.

Juntarei as respostas de vocês com a pergunta do Vítor, que diz respeito aos programas que temos hoje em Minas. Temos o Chefs do Amanhã, que é um projeto de gastronomia e de nutrição. Até fizemos um trabalho de todo o Estado, de centros de recuperação socioeducativos no interior, com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Fizemos uma grande parceria com a Secretaria de Educação e implementamos a metodologia nas escolas Peas, que é um programa do Estado. Assim, capacitamos 200 professores neste ano, que levarão isso para as escolas a partir do ano que vem. Os alunos, os jovens dos Municípios que possuem escola Peas no próximo ano receberão tudo isso. Interiorizamos o Chefs.

Respondendo sobre um outro projeto nosso: há o Diálogos da Juventude, que é uma parceria com a ONU e com a Rede Mineira da Cidadania. Esse projeto tem como base a formação de jovens lideranças para dialogar e debater os oito objetivos do milênio. Ele foi todo implementado no interior do Estado e também nos centros socioeducativos. Temos utilizado alguns equipamentos do Estado porque, a partir daí, conseguimos interiorizar.

Criamos o concurso Diálogos da Juventude no ano passado. Os jovens que lograram êxito e ganharam o concurso foram de todo o Estado: do Norte, do Sul de Minas e de Belo Horizonte. Esse projeto conseguiu chegar ao interior.

Além de tudo isso, há o Projeto Vocação, que é um grande projeto, uma parceria nossa com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar. Ele é um projeto de qualificação rural, exclusivo para o interior. Essa nossa parceria já capacitou, em Minas Gerais, mais de 96 mil jovens. Oferecemos mais de 130 cursos de qualificação profissional diferentes. O jovem pode optar e, a partir disso, montamos as turmas no interior.

Outra demonstração clara da interiorização das ações, outro grande projeto nosso é exatamente a criação dos Conselhos Municipais de Juventude. Quero confidenciar aqui ao Deputado Reginaldo que estive com o Danilo Moreira, Secretário Nacional Adjunto de Juventude, anteontem, em Brasília. Ele levará essa experiência de Minas Gerais ao Conselho Nacional, porque Minas se transformou em referência no Brasil no que tange à criação de conselhos e órgãos de juventude.

O sistema que criamos em Minas, com os encontros regionais, a "Cartilha da Juventude Municipalista", que vários de vocês já devem ter, e todo aquele material se transformou em referência no Brasil. A Secretaria Nacional está contratando uma consultora para tentar auxiliar na implementação disso, e ela está consultando a nossa experiência. Como corrigiu a Pat, já temos 96 Conselhos de Juventude no Estado e trabalhamos efetivamente nisso há um ano e meio. Ou seja, em um ano e meio passamos de 30 para 96 Conselhos, e nossa meta é chegar a 105 ainda até o final deste ano. Isso também é uma demonstração de que a política está chegando ao interior.

Mas o que eu, o Deputado Reginaldo Lopes e todas as pessoas que trabalham com isso sonhamos desde o início? O que fez com que a assistência social, por exemplo, se transformasse nessa grande política, com Centros de Referência de Assistência Social - Cras - nos Municípios, com Conselhos Municipais atuantes e outras coisas? Foi exatamente a descentralização da ação, um controle social forte, por meio de Conselhos e entidades e, ao mesmo tempo, órgãos gestores bem-estruturados. Então, qual é o nosso sonho? O Reginaldo referiu-se a um sistema - e amanhã teremos oportunidade de aprofundar esse debate e discutir esse assunto -, mas sob o ponto de vista legislativo: o Estatuto, o Plano e a Constituição, com proposta de emenda da juventude.

Mas acredito que haja dois aspectos importantes a serem construídos. Em primeiro lugar, temos de ter um sistema de controle social, com Fundos Nacional, Estaduais e Municipais de Juventude; Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais; e Planos Nacional, Estaduais e Municipais. A partir disso, cria-se uma sistematização de controle social. Mas precisamos ter também uma sistematização da gestão propriamente dita, composta pelas Secretarias Nacional, Estaduais e Municipais. O primeiro lado cuida do controle social, com investimentos maciços por meio de controle social do Fundo para as ações estruturantes da juventude da cidade, do Estado e do País; o outro lado, dos gestores, cuida dos programas propriamente ditos. Esses programas são ação determinada pelo Chefe do Executivo e pela estrutura política do momento. No Brasil, o ProJovem, por exemplo, é uma opção do Presidente da República; o Poupança Jovem, o Chefs do Amanhã, o Diálogos da Juventude, o Projeto Vocação e o Fica Vivo são opções do Executivo mineiro. Mas onde está o espaço para que você, por exemplo, Chocolate, que é o "cara" que está na Cufa, e quer fazer um projeto específico para a juventude com a característica de basquete de rua, possa captar o recurso? Se tivermos essa estrutura bem-construída, com os Fundos etc., você poderá captar lá o recurso para sua entidade. Então, precisamos construir isso. Aí, não ficaremos mais discutindo aqui para saber como o negócio vai chegar ao interior, porque o negócio vai chegar ao interior. Não dependeremos mais da boa vontade de todos nós: a legislação vai determinar, a construção vai estar feita, e os jovens, como os aqui presentes, certamente terão grandes oportunidades de trabalho e possibilidade para seus projetos e participação.

Aliás, como sempre digo, precisamos avançar em alguns pontos e regredir em outros na nossa concepção de juventude. Muitos acreditam hoje que uma pessoa de 16 ou de pouco mais de 20 anos não tem condição de elaborar um projeto ou de construir uma ideia, o que é uma grande bobagem. Na Idade Média, grande pensadores - os maiores físicos, base para a construção de toda a física moderna, por exemplo - construíram suas grandes teses com 15 ou 16 anos. Quer dizer, é óbvio que os jovens, reunidos em sua comunidade, conseguem construir grandes projetos e apresentar grandes ideias. Isso é a coisa mais óbvia do mundo, e a história da humanidade diz isso. Sempre imaginamos o cientista Leonardo da Vinci, por exemplo, velhinho, mas vários dos nossos grandes cientistas, políticos, formuladores, reis e imperadores, pessoas importantes naquele momento, tinham 13, 14 ou 18 anos.

Esta é a demonstração de que é possível essa construção, é possível termos esse repasse de recursos, e é possível construirmos um País mais justo para a nossa juventude.

Obrigado a todos. Encerro agradecendo mais uma vez. Agradeço ao Deputado Reginaldo e a todos os Deputados. A Coordenadoria de Juventude está à disposição de todos vocês na nossa Secretaria. Para mim, este é mais um sonho que se realiza. Conseguimos fazer um grande debate de alto nível nesta Casa, a qual tem como ponto de base essa questão fundamental da política de juventude. Outro dia estava com o Juninho, ex-Prefeito de Itabirito, que me disse que, agora, isso era caminho sem volta. Então, moçada, a política de juventude no País é caminho sem volta. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado. Passaremos a palavra ao Deputado Federal Reginaldo Lopes, para responder às perguntas e fazer suas considerações finais. Antes, o Vereador Camilo da Silva Júnior deseja fazer-lhe uma pergunta. Com a palavra, o Vereador José Camilo da Silva Júnior, de Ouro Fino.

O Vereador José Camilo da Silva Júnior - Boa-tarde a todos. Parabenizo os Deputados Reginaldo Lopes e Weliton Prado e o Coordenador Roberto por esta iniciativa de fundamental importância para nosso Estado. Gostaria de informar a V. Exas. que estaremos em nossa cidade, no interior de Minas, preparando-nos para a implementação do Conselho Municipal de Juventude.

Desejo dirigir uma pergunta ao Deputado Federal Reginaldo Lopes. O governo estadual tem trabalhado bastante para chegar até a juventude. Em que sentido o governo federal está chegando até as bases, que são os Municípios, com projetos e incentivos à juventude? Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Federal Reginaldo Lopes.

O Deputado Federal Reginaldo Lopes - Quero responder ao Geraldo, de Belo Vale. De fato, o Brasil cometeu um equívoco ao não tratar a questão da política para a juventude como uma política mais específica. Por isso afirmo que a maior dívida não é a externa ou interna, mas a dívida com a juventude, com o cidadão, com o ser humano. O Estado brasileiro começa a reparar essa dívida por meio de um conjunto de ações. Acredito que, como o Roberto disse, esse é um caminho sem volta. Principalmente agora, com o debate da riqueza do subsolo e do pré-sal, em que dois fundos são voltados para a juventude. Para o País também, mas em especial para a juventude, porque só temos futuro se tivermos um presente forte com políticas públicas. O jovem não é o futuro, mas o presente.

O fundo para educação e o fundo para ciência e tecnologia é que farão do País uma verdadeira Nação. Pesquisa, tecnologia, agregar conhecimento, fazer com que nossas pesquisas virem instrumento produtivo para melhorar a nossa eficiência do ponto de vista econômico, e também a educação do ponto de vista da formação e da preparação.

E é importante o Fundo de Combate à Pobreza. É preciso dar apoio àqueles que não têm condições financeiras de se sustentar. Podemos considerar o Bolsa-Família como a maior política pública do mundo. E é a maior política para a juventude, porque remunera uma mãe abandonada pelo Estado que não teve condições de estudar. Remuneramos um pouco para ela ter o trabalho enorme de educar seu filho. Vejam que coisa bonita! As pessoas falavam que isso era fisiologismo e esmola. Mas o Brasil sempre deu bolsa de mestrado e doutorado, mas estas sempre foram para uma parte privilegiada.

O Brasil não tem educação básica, e isso nunca foi questionado. Invertemos muito a lógica no País. Hoje todos os partidos defendem o sucesso do Bolsa-Família, porque sabem que investe na base. Se de fato conseguirmos que uma criança pobre, cujo pai não teve acesso à educação, tenha boa formação, rompemos o ciclo da pobreza. A maior dificuldade é mudar o "status" social de uma pessoa. Isso o Bolsa-Família consolidará. Então, poderíamos até incluí-lo como grande política para a juventude, para a criança.

O Tiago Franco fala um pouco de como está o encaminhamento das políticas. Falei sobre isso, mas não falei como estava o processo de tramitação. A PEC já foi aprovada na Câmara, na comissão especial, no Plenário, em 1º e 2º turnos, na CCJ do Senado, e está na pauta do Plenário do Senado. Está na bica de ser promulgada pela Câmara dos Deputados, pelo Congresso Nacional. Faremos grande ato com o Presidente Lula, com os Presidentes da Câmara e do Senado, para promulgar a PEC da Juventude, compromisso dos Presidentes Michel Temer e José Sarney e desejo do Presidente Lula. Acredito que, na semana do Parlamento Jovem, no início de novembro, conseguiremos promulgar a PEC. Volto a repetir que a PEC constitucionalizou o Estatuto em plano nacional. Até por ser lei curta, foi importante essa constitucionalização. Aí fica a obrigatoriedade do povo brasileiro e do parlamento de regulamentar a Constituição, cumprindo-a e votando, em seguida, o Plano Nacional.

O Plano Nacional, do qual fui relator, passou na comissão especial, foi aprovado e está na pauta da Câmara dos Deputados para votarmos. Estou fazendo alguns acertos políticos, porque são 250 metas envolvendo conjunto de recursos. Então estamos fazendo acertos, principalmente com a Fazenda, Roberto Tross, que sempre tem sensibilidade revolucionária menor e responsabilidade orçamentária fiscal maior. Estamos fazendo acertos com a Fazenda, com a Casa Civil e com 19 Ministérios. Não é fácil operar o negócio. O Plano Nacional que está nas mãos de vocês é estruturado em 4 grandes eixos e em 13 subtemas e envolve 19 Ministérios, como política finalística. Portanto, temos de fazer acerto com cada Ministério. Agora constituímos grupo coordenado pela Casa Civil e por mim, do qual sou relator, e estamos fazendo acerto político para dar condições de ser votado em Plenário. Na marra, não vale; tem de ser na unidade política. Tem apoio de todos os partidos políticos, do PFL, dos companheiros Democratas, até do Pcdob; todos concordam, e toda essa política para a juventude teve unanimidade.

O Estatuto está em tramitação na comissão especial, e este é um seminário estadual. Por que está numa comissão especial? Quando um projeto de lei abrange mais que três comissões temáticas, tem de constituir-se comissão especial, senão ele levaria 20 anos para passar por todas as comissões. Ele trabalha as 20 temáticas das comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Há o compromisso de, no início de novembro, a Deputada Manuela d'Ávila, relatora, e o Presidente Lobbe Neto, do PSDB, votarem o relatório na comissão especial. Aí começaremos articulação para votação no Plenário da Câmara dos Deputados. Então, Tiago, é muito difícil estabelecermos prazo, mas acredito que, pelo menos neste ano, aprovamos e promulgamos a PEC em dois turnos, no Senado. Espero que possamos votar o Plano Nacional na Câmara e submetê-lo à comissão especial no Senado, e o Estatuto pelo menos na comissão especial. No ano que vem, consolidamos o Plano no Senado e votamos o Estatuto.

Acredito que, até maio do ano que vem, teremos condições de fechar todo esse debate que se iniciou em 2003, concluindo-o em oito anos. As pessoas podem pensar que é muito tempo; não é tanto, pois o Estatuto do Idoso demorou 12 anos. É importante que toda legislação, ainda mais essa, que é complexa e envolve conjunto de demandas, realidades e desafios, seja bem discutida e detalhada. Não adianta criarmos lei que depois não terá legitimidade, não se consolidará na prática. Na verdade, essa lei não foi aprovada, mas, como disse anteriormente, conquistamos grandes vitórias.

Fernandes - não sei se o primeiro nome é Dilma -, realmente parte da juventude foi penalizada. Digamos a juventude mais jovem, que tem mais tempo de juventude. Você é mais jovem, então tem mais tempo de juventude. Em relação à juventude com mais tempo, de fato o Brasil tem uma dívida. O País mudou muito. Nasci na roça. Deputado Weliton Prado, andava 6km para chegar a uma escola multipiscinada, em que havia um professor para quatro séries. Hoje, com a política de transporte escolar Caminho da Escola, ninguém pode andar mais que 400m, o que não é nem metade de 1km. Não é isso? Então, graças a Deus, mudamos e estamos mudando. Ainda há muito o que fazer.

Quanto ao fato de as políticas chegarem ao interior, o ProJovem Urbano, por exemplo, estava sendo implementado nas Capitais ou em cidades acima de 200 mil habitantes. Neste ano, conseguimos diminuir essa exigência para 50 mil habitantes. Não é, Roberto? Em parceria com o Estado, estamos fazendo, em 80 Municípios acima de 50 mil habitantes, um dos ProJovens que promovem a elevação da escolaridade com profissionalização. Quanto ao ProJovem Trabalhador, já o fizemos, por exemplo, em Madre de Deus, em consórcio - há um Vereador aqui. Hoje, com o Idene e a Secretaria Territorial dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha e do Norte, está também sendo realizada, em 230 cidades de Minas, a qualificação profissional dos jovens que ainda não tiveram a oportunidade do Primeiro Emprego, que é um programa também do governo federal.

Aí respondo à pergunta do Vereador Camilo, que é um pouco parecida: "A política chegou até o interior?". Respondo que sim. Dei até exemplo. Cidades com menos de 20 mil habitantes têm de montar consórcio, porque o processo operacional desse programa fica caro. Então se constitui consórcio em Ouro Fino, e você pode pegar aproximadamente 10 cidades e fazer o ProJovem Urbano, que eleva a escolaridade de 18 a 29 anos; o ProJovem Trabalhador, que qualifica o jovem de 18 a 29 anos que não tem o Primeiro Emprego; e o ProJovem Rural. Em Minas, há o ProJovem Rural com as entidades da Contag, a Fetaemg e as entidades dos trabalhadores da agricultura familiar que também atendem - não sei falar quais são os Municípios, mas atendem o conjunto. Em Ouro Fino, recebeu-se autarquia do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais - Ifet. O Reuni atende à ampliação naquela região, tanto na Universidade Federal de Alfenas quanto na Universidade Federal de Itajubá, e criou campus em Varginha e em Poços de Caldas, de ampliação. O ProUni atende hoje a 150 mil jovens no País. Na verdade, já há mais 600 mil jovens - filhos de pedreiro, pedreiro, doméstica, do povo mais pobre, com renda "per capita" de um salário e meio - em processo de conclusão do curso. Antes o Fies, do qual fui relator, atendia a 30 mil jovens. No ano que vem, atenderemos a 200 mil, com juros subsidiados. Pela primeira vez no País, temos programa de diferenciação de educação superior em que os juros serão negativos. A inflação é 4,5%, e a poupança rende mais 6%; isso dá custo de 10%. Os juros serão de 3,5%. Então são juros subsidiados. Destruiremos o programa, facilitando para a faculdade e o agente financeiro. Tomamos o fundo da Caixa e o pusemos para o FNDE. Ninguém é dono do dinheiro, mas, sim, o povo brasileiro. Todos os bancos participarão. O jovem acessará o fundo por meio da internet, no portal do MEC. Será direcionada agência financeira.

Então sairemos de 30 mil para 200 mil vagas. Se somarmos as vagas - 230 mil nas federais, 500 mil nos Cefets, 150 mil no ProUni e 200 mil no Fies -, chegaremos a quase 1 milhão.

Essa revolução é uma grande vitória. Isso sem falar no dinheiro do pré-sal - estamos loucos para gastá-lo com a educação.

O Vítor quer saber mais sobre as ações do Estado, mas Roberto Rocha Tross já comentou sobre esse assunto, ressaltando que o Estado de Minas tem sido parceiro do governo federal tanto no ProJovem Trabalhador quanto no ProJovem Urbano.

O Edmílson falou um pouco da sua realidade no Município de Madre de Deus, que fica perto da querida cidade de São João del-Rei, lugar onde já fizemos algumas ações específicas.

O Adriano pergunta se esse debate oferece algum tipo real de contribuição, e creio que sim. Essa pergunta é feita pelos jovens porque eles sempre desconfiam de que são chamados para participar de um palanque político para falarem na cabeça deles, legitimando o que já está feito. Quando fui relator do Plano Nacional, no seminário final falei aos jovens que o projeto inicial tinha 400 metas. Depois, ao percorrer pelo Brasil, o relatório final ficou com 1.500 metas. Imaginem vocês: como poderemos implementar essa quantidade de metas? Trata-se de um projeto de país.

Em um seminário nacional, desafiamos os jovens, em seus grupos de trabalho nas 13 temáticas, com o intuito de reduzirmos 20 metas em subtemas para cada temática, que dizem respeito à educação, à emancipação, à saúde integral e à participação. Nos subtemas, questões sobre afro-brasileiros e afrodescendentes. Temos um conjunto de 20 metas dentro do Plano Nacional, o qual chamamos de equidade de oportunidades. Entendemos que a questão das minorias tem de ser priorizada quanto à universalização. Trabalhamos a questão das comunidades quilombolas e ribeirinhas, a questão de gênero, da diversidade sexual e das mulheres, bem como das comunidades afrodescendentes. Trata-se de uma concepção que consolidamos no Plano Nacional e também no Estatuto. Saibam que não cairemos em tentação. A melhor política é a universal, mas, no primeiro momento, focalizamos, para depois universalizar. Houve uma priorização das minorias por meio das políticas específicas dentro do Plano Nacional em busca de uma equidade de oportunidades, que faz parte desse Plano. Então, Adriano, haverá uma carta de Minas Gerais, que será acolhida pela relatora em seu relatório final. É evidente que o documento final foi visto e considerado, mas, realmente, o final aprovado tem de ter um acordo político com a situação política do Brasil, por meio de seus colégios de líderes, conjunto de bancadas e também com a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal. É um acordo, um acerto político, e lutaremos para que mais direitos e avanços estejam nesse projeto final. Saibam que vocês sempre terão voz nesse debate.

O Júnior, da UNE, falou sobre a questão da concepção. É claro que todo debate tem muita concepção. Primeiro, porque não adianta fazermos nada sobre política da juventude sem a participação dos jovens, pois, se eles não estiverem convencidos, não participarão. Todo processo será considerado se houver a participação da juventude. Do ponto de vista de concepção sobre país e política, buscamos encontrar os melhores modelos, que também foram referendados pelo Conselho Nacional da Juventude e por vários fóruns, seminários e encontros. Isso sem falar que a questão específica afro-brasileira é uma das prioridades.

Pergunta do Gleitson, de Itabira, cidade que ganhou um câmpus da Universidade Federal de Itajubá, com mais de 13 cursos - já existem 4 ou 5 cursos, e outros se iniciarão -, onde se instalará um grande polo tecnológico que futuramente substituirá a riqueza do minério. Segundo meu amigo José Fernandes, minério só dá uma safra. Então, lá só se pensa na ausência do minério. Como disse Carlos Drummond de Andrade, se acabar o minério, qual será a atividade produtiva, qual será a nova atividade econômica? Essa universidade será uma das mais modernas, do ponto de vista da produção de base tecnológica.

Quem é responsável pelo câmpus avançado é uma universidade grande, referência em pesquisa, a Universidade Federal de Itajubá. Há também o ProJovem Adolescente e o ProJovem Urbano, com 400 jovens, que tratam da elevação da escolaridade e também contemplaram o Município de Itabira. A última pergunta foi do Camilo, e eu já lhe respondi. Quero agradecer a paciência, a participação, o carinho e a contribuição durante estes sete anos em que estive à frente dessa questão. Hoje sou Presidente da Frente Parlamentar, em Brasília; fui também Presidente e relator da Comissão Especial e hoje sou um dos que contribuem nesse debate. Estou muito feliz, pois acredito que conseguimos o que pensava ser o mais difícil: colocar a moçada na fita, colocar a juventude na pauta. Cabe a vocês agora dizerem que não desejam mais sair: têm de fazer e lutar. Aliás, a juventude sempre lutou, foi vanguarda em grandes mudanças e transformações. Por esse espírito de vanguarda, de mudanças e transformações, pouco pediu para ela. Isso é bonito. Sempre pediu para os outros. E a juventude não mudará: continuará lutando para o País, para todos, mas é evidente que o jovem tem necessidade de defender os seus iguais, os seus pares. Na luta por seus iguais, por seus pares, ele também possui demandas específicas. Diria que hoje a juventude combina a luta universal por um mundo melhor, por um mundo que respeite os direitos humanos, sem preconceitos, sem xenofobia, sem racismo ou qualquer tipo de preconceito - e isso faz parte da juventude -, com a luta específica para que todos os jovens tenham seus direitos e sejam compreendidos.

Muito obrigado, Weliton Prado, meu amigo e companheiro de partido. Agradeço-lhe a presença e a coordenação dos trabalhos. Agradeço ainda ao Roberto Tross; ao Nilo, Presidente do Conselho Estadual da Juventude, e à Heloar. Desejo-lhes um bom debate amanhã. Que vocês possam trazer grandes contribuições, novas polêmicas e demandas, pois o parlamento é sensível e saberá compreender e acolher as propostas da juventude brasileira. Muito obrigado e um beijo no coração de cada um.

O Sr. Presidente - Gostaria de agradecer a todos e a todas, mas, de forma especial, ao Deputado Federal Reginaldo Lopes.

Antes de encerrarmos, gostaria de convidar a todos para uma visita à exposição dos 20 anos da Constituição mineira, no "hall" da Tribuna Popular - Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira. Não há como falar sobre o Estatuto da Juventude sem falar dos 20 anos da Constituição mineira. A exposição é muito bonita e retrata a luta de resistência contra o regime militar em nosso país. Portanto, convido a todos para uma visita a essa exposição, a fim de conhecerem um pouco da história dos 20 anos da promulgação da Constituição mineira.

Quero ainda informar que está sendo constituída, na Assembleia Legislativa, uma frente parlamentar em defesa do meio-passe para estudantes. Aliás, essa é uma luta histórica das Capitais do Brasil. Belo Horizonte é a única Capital onde os estudantes não têm o meio-passe. Em São João del-Rei, Uberlândia e vários outros Municípios de Minas Gerais, os estudantes já garantiram o direito ao meio-passe. E há também cidades onde os estudantes têm o passe livre. Essa discussão será feita em todo o Estado de Minas.

Um outro projeto que também está tramitando - aliás, respondi a uma pergunta do companheiro de Belo Vale sobre essa questão - é o da meia-entrada para os estudantes nos eventos culturais. Há muitas empresas que criam inúmeros artifícios para burlar a lei. Colocam um preço fictício no ingresso, como se fosse meia-entrada, e vendem a um outro preço para todo o mundo. Isso é conversa para boi dormir. É uma forma de tentar enganar os estudantes. Sabemos que a meia-entrada é um direito dos estudantes, uma conquista da juventude. A lei que tramita nesta Casa é muito firme no que diz respeito à punição. A empresa que desrespeitar o direito dos estudantes pagará uma determinada multa na primeira vez; na segunda, pagará uma multa mais pesada; e, na terceira, terá o alvará de funcionamento cancelado. Esperamos ter a possibilidade de fazer acordos para aprovar essa lei, que garante o cumprimento da meia- entrada em todos os eventos culturais. A lei da meia-entrada é mais que um incentivo à cultura e ao lazer: é uma complementação da educação.

Vários outros projetos estão tramitando nesta Casa em defesa da juventude, dos estudantes e da educação. Respondendo à companheira de Belo Vale sobre a preocupação com a interiorização dessa discussão: é realmente necessário que ela seja feita nos Municípios. Isso é

fundamental e é uma preocupação nossa, também.

Pude participar de todos os debates, ouvi o Roberto, o Reginaldo, enfim, todos os convidados.

É fundamental que haja interiorização. Lembramos um trecho da canção do Mário Lago que diz: uma cidade parece pequena se comparada a um país, mas é na minha, na sua cidade que se começa a ser feliz. O cidadão mora no Município, vive no Município. Então, as políticas públicas têm de chegar às cidades, principalmente à juventude. Em grande parte dos Municípios mineiros, a juventude não tem opção de esporte e de lazer. Não há cinema, e é difícil haver quadra poliesportiva. Às vezes, os estudantes praticam esportes sob sol e chuva, correndo o risco de contrair alguma doença, até de pele. Nas escolas, as quadras não são cobertas. É fundamental, pois, que as políticas públicas da juventude cheguem ao interior e sejam implementadas em todos os Municípios, principalmente nos pequenos.

Parabenizo todos mais uma vez e agradecemos ao Deputado Federal Reginaldo Lopes, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas para a Juventude; ao Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular; ao Deputado Federal Elismar Prado, que esteve aqui; ao Deputado Gustavo Corrêa, Secretário de Estado de Esportes e da Juventude; ao Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública; ao Roberto Tross, Coordenador Especial da Juventude da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude; ao Nilo Furtado, Presidente do Conselho Estadual da Juventude; à Heloar Rodrigues, aos Vereadores, ao Prefeito, às entidades, aos movimentos sociais, enfim, a todos vocês. As contribuições foram muito válidas, e o debate continuará. A Assembleia Legislativa agradece a cada um de vocês.

ATA DA 42ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2009

Presidência da Deputada Gláucia Brandão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Ivair Nogueira - Entrega de placa - Palavras do Sr. Américo Amarante Neto - Exibição de vídeo - Apresentação musical - Palavras da Sra. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Djalma Diniz - Gláucia Brandão - Ivair Nogueira.

Abertura

A Sra. Presidente (Deputada Gláucia Brandão) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Ivair Nogueira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Missão Ramacrisna de Betim pelos 50 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Américo Amarante Neto, Presidente da Missão Ramacrisna de Betim; as Exmas. Sras. Maria Coeli Gomes Reis, Coordenadora do Curso de Medicina Veterinária da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas -, representando o Pró-Reitor da PUC Minas em Betim, Professor Eugênio Batista Leite; e Yukari Hamada, representando o Cônsul-Geral do Japão em Belo Horizonte; e os Exmos. Srs. Geraldo Pimenta, Secretário Municipal de Assistência Social de Betim; e Deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença do Exmo. Sr. José Renato Barbosa Lopes, da Secretaria de Administração Regional Municipal Norte, da Prefeitura de Belo Horizonte; e de alunos da Escola Estadual Isabel da Silva Polck, do Bairro Palmares.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo violinista Sebastião Francisco Barros.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Ivair Nogueira

Exma. Sra. Deputada Gláucia Brandão, neste ato representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Exmo. Sr. Américo Amarante Neto, Presidente da Missão Ramacrisna; Exma. Sra. Maria Coeli Gomes Reis, coordenadora do curso de Medicina Veterinária, neste ato representando o Pró-Reitor da PUC Betim, Prof. Eugênio Batista Leite; Yukari Hamada, representando o Consulado-Geral Honorário do Japão em Belo Horizonte; Exmo. Sr. Geraldo Pimenta, Secretário Municipal de Assistência Social de Betim; senhoras e senhores, boa-noite.

A Missão Ramacrisna é uma organização sem fins lucrativos que merece todo o nosso reconhecimento. É por isso que, no seu aniversário de 50 anos de assistência social, sem a qual haveria uma lacuna no universo das ações de solidariedade e das iniciativas voltadas para o próximo,

apresentei requerimento para destacar a importância da Missão Ramacrisna para o terceiro setor em Minas Gerais.

Sou testemunha ocular do precioso trabalho desenvolvido pela entidade. Em meio século de atuação, são 30 mil pessoas atendidas. Tenho orgulho, como cidadão de Betim, de acompanhar os passos dados pela Ramacrisna, suprimindo as necessidades dos menos favorecidos. Em nosso país, 29.300.000 brasileiros ainda vivem abaixo da linha da pobreza. Isso representa nada mais nada menos que 16% da população vivendo em condições miseráveis. Esses brasileiros muitas vezes sobrevivem pela iniciativa de organizações não governamentais, como a Ramacrisna.

Em 1959, seu fundador, Prof. Arlindo Corrêa da Silva, foi tocado pela urgência de quem vive com tão poucos recursos. Arlindo Corrêa da Silva iniciou o trabalho da Ramacrisna em Belo Horizonte ao se incomodar com questões tão latentes em nossa sociedade: a educação inacessível, a marginalidade, a violência, o desemprego e o abandono. De um desprendimento extraordinário e de uma riqueza de espírito surpreendente, ele levou crianças que viviam na rua para sua própria casa. Estima-se que hoje, no Brasil, cerca de 3 milhões de meninos e meninas vivem nas ruas. No fim da década de 50, os números já cresciam, e Arlindo Corrêa da Silva via que, embora seu coração fosse enorme, a casa se tornara pequena para abrigar tantos abandonados. Foi em Betim que encontrou um espaço melhor para ampliar as ações da Ramacrisna e transformá-la em um grande lar. Com a valiosa ajuda de amigos, conseguiu erguer o primeiro prédio, em 1963, e em seguida o segundo. A ação cresceu ainda mais. No início da década de 90, a Ramacrisna já assistia também a população de alguns bairros de Betim. Instalada em Betim, cidade sempre lembrada pela violência entre os jovens e também como uma das mais desenvolvidas da Região Metropolitana, a Ramacrisna encontrou terreno fértil para suas ações. Com uma população que cresce 2% ao ano e hoje tem 416 mil habitantes, Betim sente-se honrada por poder contar com o trabalho social da Ramacrisna. Pautada por valores como a ética, o altruísmo, a inovação, o comprometimento, a determinação, a transparência e a flexibilidade, a Ramacrisna sempre buscou desenvolver projetos que dão certo. Mostrando que não basta dar o pão, que é necessário ensinar a pôr a mão na massa, a Ramacrisna contribui, desde 2006, com o programa Cidade da Solda, do governo federal, em Betim, que oferece os cursos de soldador e maçariqueiro. Os cursos são destinados a jovens carentes entre 18 e 30 anos. Outro projeto de destaque é o da Cooperativa de Artesanato Futurarte, criada em 2004 para atender os adolescentes sem horizonte no que diz respeito aos estudos e à vida profissional e para atender as donas de casa. A Ramacrisna mantém, ainda, centros de apoio à educação voltados para o esporte, a arte, a cultura, o ensino de inglês, português, matemática e informática. Só nesse projeto, são assistidas 486 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, estudantes de cinco escolas públicas de Betim.

São incontáveis as atividades da Ramacrisna. A instituição fundou uma orquestra e um coral, e muito nos orgulha a presença de cada um de vocês, nesta noite, abrilhantando esta belíssima festa em homenagem à Ramacrisna, que promove oficinas de comunicação, mantém escola de mecânica de automóveis e consultório odontológico, desenvolve programas de apoio familiar para envolver mães e pais, idosos e líderes comunitários, apoia o programa Saúde da Família e o Restaurante Popular, além de contar com a ajuda de grandes empresas nacionais e multinacionais e de desenvolver intercâmbio com organizações de outros países. A necessidade de uma sociedade mais justa, por meio da superação da desigualdade entre ricos e pobres, da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente, tem mostrado a importância do terceiro setor no Brasil e de trabalhos sérios como o da Ramacrisna.

O IBGE mostrou crescimento de 157% do número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos criadas entre 1996 e 2002. A maior parte delas está na Região Sudeste, com 44%, sendo que somente Minas Gerais tem 13%.

Nesta homenagem especial à Ramacrisna, quero, mais uma vez, manifestar a gratidão de todos os cidadãos de Betim, das famílias carentes, dos jovens em busca de emprego e dos adolescentes vulneráveis. Que corações como o do Prof. Arlindo Corrêa da Silva se multipliquem. Quero destacar aqui o empenho do Presidente da Ramacrisna, Américo Amarante Neto, e da Superintendente da entidade, Solange Bottaro, aqui entre nós. Que surja também em nós, a exemplo da Ramacrisna, o desejo de promover sonhos e transformar vidas.

Quero dizer que Betim é uma cidade muito feliz, porque conta com uma entidade tão séria e organizada, voltada para atender ao interesse dos mais carentes, como a Ramacrisna e outras entidades que têm reconhecimento nacional e internacional. Estava comentando com o Américo e com a Solange sobre a importância da Ramacrisna, sobre a importância do Salão do Encontro, da D. Noêmia Gontijo, que, no ano que vem, completará 40 anos.

E essas duas entidades, como tantas outras, são sempre lembradas quando se fala em Betim, pelo destaque que elas têm dado na assistência social, na busca de parcerias com o governo japonês, com a Petrobras, na busca de parcerias com várias entidades. E elas ainda podem buscar muitos parceiros e colaborar de forma muito positiva, diminuindo a desigualdade social que prevalece em nosso país. E Betim não é diferente porque, apesar de ter uma grande arrecadação, é uma cidade de pessoas pobres, que têm necessidade de uma atuação firme de organizações com esse espírito da Ramacrisna.

Quero parabenizar a PUC pelos projetos, pela parceria que tem feito, e que está aqui tão bem-representada. Registro também, com muita satisfação, a presença da Edneia, uma escritora muito reconhecida, do Marcinho, da Metícia, que fazem parte da Ramacrisna, porque eles ajudaram a escrever a história dos 50 anos da Ramacrisna. Precisamos deixar escrita uma história, e esses três amigos foram convidados para ajudar a escrevê-la. Foram muitas noites, foram muitas entrevistas que culminaram com o livro sobre a história dos 50 anos da Ramacrisna, uma solenidade que aconteceu na Casa da Cultura Josefinha Bento, em Betim. Eu me senti no dever de homenagear essa entidade, como parlamentar de Betim, como ex-Prefeito que teve a oportunidade de acompanhar, desde 1991, o quanto a Ramacrisna é importante para o Município.

Temos aqui a presença do Dr. Geraldo Pimenta, que hoje é primeiro suplente de Deputado e está caminhando para vir para esta Casa na próxima legislatura. Secretário dos mais atuantes da equipe da Prefeita Maria do Carmo Lara, é uma pessoa voltada para uma parceria que busca diminuir a desigualdade social. O Geraldo tem feito um trabalho maravilhoso em Betim à frente da Secretaria. Não é fácil enfrentar esses desafios.

Quero, mais uma vez, registrar minha satisfação e parabenizar não só o Américo e a Solange, que estão à frente da entidade e que dão continuidade ao sonho de prestar esse relevante serviço, mas todos, desde o mais humilde funcionário da Ramacrisna, pois todos têm seu papel e sua importância. O Américo contou-me que a TV Betim buscou dois funcionários lá, e que hoje eles trabalham na área de filmagem. Eles começaram no aprendizado e hoje estão lá prestando serviço. Isto é o importante: estender a mão para aqueles que precisam e dar-lhes uma oportunidade. O que mais precisamos hoje é de uma oportunidade. Vimos fazer esse reconhecimento em uma solenidade muito simples, porque não poderíamos deixar isso passar em branco. A coisa mais importante é ter o reconhecimento daqueles que sabem da dificuldade. Acompanhei de perto todo o trabalho, a angústia e as noites perdidas, mas vocês nunca desanimaram, levaram esse sonho à frente, e tenho certeza de que as portas se abrirão.

A Fiat ainda não participa do projeto diretamente com a Ramacrisna, mas tenho certeza de que não demorará a ser uma bela parceira. Temos a Belgo-Mineira; quantas telas são fabricadas; fábrica de macarrão; apoio no esporte; são tantas coisas boas! Às vezes vejo muitos Prefeitos em busca de soluções para apresentar em sua cidade um trabalho voltado para o social. Quero aproveitar a audiência da TV Assembleia e a transmissão ao vivo para toda a Minas Gerais, a fim de convidá-los para conhecer o trabalho da Ramacrisna, o Salão do Encontro, as obras sociais que Betim tem desenvolvido por meio das diversas ONGs sem fins lucrativos, mas que têm apresentado um trabalho maravilhoso. Que Deus abençoe toda a Diretoria e funcionários. Que vocês possam continuar com esse trabalho maravilhoso e que possamos, sempre, comemorar tantas vitórias que terão pela frente. Tantos prêmios a Solange e o Américo já receberam em São Paulo, levando o nome de Betim, de uma cidade que cresce cada vez mais e busca combater a desigualdade. Fiquem com Deus e muito obrigado!

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, a Deputada Gláucia Brandão, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Américo Amarante Neto, Presidente da Missão Ramacrisna de Betim, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "Desde sua fundação, em 1959, a Missão Ramacrisna de Betim destaca-se pelo empenho na promoção do desenvolvimento humano, ambiental, cultural e social das comunidades em situação de vulnerabilidade. Impulsionar sonhos, transformar vidas... Esse tem sido o papel brilhantemente cumprido pela instituição, que completa neste ano seu cinquentenário. À Missão Ramacrisna a homenagem e as congratulações da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por sua notável atuação em busca de tão valiosos objetivos".

- Procede-se à entrega da placa.

Palavars do Sr. Américo Amarante Neto

Boa-noite a todos. Realmente, hoje é um dia de muita emoção. Agradeço à Presidente, Deputada Gláucia Brandão; à Sra. Mari Coeli Gomes Reis, Coordenadora do Curso de Medicina Veterinária; ao Sr. Geraldo Pimenta, Secretário Municipal de Assistência Social de Betim; à Sra. Yukari Hamada, representando o Cônsul-Geral do Japão, parceiro muito importante da Ramacrisna, que ajudou a construir a nova escola de mecânica, que tem formado vários alunos - muito obrigado -; e ao nosso amigo Deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem. Agradeço também a todos os amigos da Missão que se encontram presentes, o pessoal da comunidade, nossos alunos, conselheiros e funcionários. A presença de vocês é muito importante.

Inicialmente, agradecemos a Deus a oportunidade de compartilhar com os amigos os 50 anos da Ramacrisna neste espaço tão especial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e agradecemos novamente o carinho do Deputado Ivair Nogueira. Esses 50 anos marcaram uma trajetória de êxitos da Ramacrisna, mas também de muita luta, perseverança, fé, coragem e dedicação. Exemplos esses que nos foram passados pelo nosso fundador, Prof. Arlindo Corrêa da Silva, um paraibano, jornalista, idealista, que sonhou com um mundo melhor. Com as bênçãos de Deus, com um trabalho intenso e com o apoio de muitos e generosos amigos, viu seu sonho se concretizar.

Desde o início, a Ramacrisna sempre teve amigos, voluntários, para ajudar na sua obra. Hoje se fala muito em voluntário, mas, já naquela época, o Prof. Arlindo conseguiu juntar vários amigos para fazer essa obra. Daqui a pouco, ouviremos a apresentação da orquestra de cordas dos meninos da Ramacrisna, que mostrará o talento que estava oculto nessas crianças e jovens. Graças à oportunidade concedida pela Ramacrisna e ao carinho do maestro Sebastião Barros, revelaram grande talento.

Nosso fundador partiu em 1993, mas as sementes plantadas por ele foram tão profícuas e saudáveis que a Ramacrisna vem num crescendo de atividades que beneficiam milhares de pessoas na cidade de Betim. Ter o reconhecimento dos representantes do povo de Minas Gerais é uma honra e um incentivo para a continuação dos nossos trabalhos, um aval da seriedade com que a Ramacrisna atuou nessas cinco décadas. Agradecemos muito ao ilustre Deputado Ivair Nogueira, amigo desde o tempo de Prefeito, valente lutador pelo povo de Betim e pelo progresso da cidade, esta homenagem que compartilhamos com todos, com os conselheiros, colaboradores, funcionários e amigos, responsáveis pelo desenvolvimento e pelo respeito que a organização tem no País e no exterior. Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a Orquestra de Cordas Ramacrisna, que, sob a regência de Sebastião Francisco Barros, executará as músicas "Minueto", de Johann Sebastian Bach; "O trenzinho do caipira", de Heitor Villa-Lobos; e "Como é grande o meu amor por você", de Erasmo Carlos e Roberto Carlos.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras da Sra. Presidente

Querida dizer da minha honra e da minha alegria de estar presidindo esta sessão de reunião especial, esta homenagem justa, em nome do nosso Presidente Alberto Pinto Coelho, que, por motivos alheios à sua vontade, não pôde estar aqui, mas deixou uma mensagem para todos vocês. Cumprimento, agradeço a presença e parabênico, desde já, o Presidente da Missão Ramacrisna, Sr. Américo Amarante Neto, pelo trabalho que vem desenvolvendo. Parabéns. Que Deus continue te iluminando neste trabalho árduo em prol da garantia dos direitos de todas as pessoas. Agradeço a participação e a presença da Profa. Maria Coeli Gomes Reis, neste ato representando o Pró-Reitor da PUC de Betim, Prof. Eugênio Batista Leite. Agradeço e parabênico, pela parceria e pelo convênio com a Missão Ramacrisna, a Sra. Yukari Hamada, representando o Cônsul-Geral Honorário do Japão em Belo Horizonte. Agradeço também a presença do Secretário Municipal de Assistência Social de Betim, Sr. Geraldo Pimenta, dizendo que aguardamos o senhor aqui, no próximo mandato. Ainda agradecemos e parabênizamos nosso querido companheiro Deputado Ivair Nogueira por esta brilhante iniciativa de homenagear uma instituição que tem feito trabalho tão relevante em prol de Betim e da Região Metropolitana. Betim está muito bem-representada aqui, na pessoa do Ivair, que é companheiro de luta pelo progresso e pelo desenvolvimento de Betim e da Região Metropolitana. Sou da Região Metropolitana de Ribeirão das Neves. Lutamos juntos aqui para garantir os direitos dos cidadãos metropolitanos e de todo o Estado. Parabéns, Ivair, pelo trabalho que vem desenvolvendo à frente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Há 50 anos, a Missão Ramacrisna vem resgatando a cidadania pelos caminhos da educação e da profissionalização, buscando geração de renda para a população de risco social, com foco inicial nas crianças e adolescentes, e hoje abrangendo toda a família. Tendo se instalado em Betim, em plena zona rural, viu a região expandir-se num crescimento rápido e descontrolado, atraindo migrantes pobres, com baixíssima escolaridade e sem formação profissional, o que criou um ambiente de muita violência e profundamente hostil, sobretudo para sua juventude.

Hoje, parceira da Prefeitura do Município, com programas de saúde pública e segurança alimentar, fornecendo alimentação de qualidade e a baixo custo, constituiu-se a Missão Ramacrisna num grande antidoto ao caos social que ameaça nossa região metropolitana. São mais de 300 mil pessoas atendidas nos dois programas, por meio de convênios. Nas próprias instalações da missão, outros 3 mil indivíduos de todas as idades e moradores da periferia são assistidos nos aspectos profissionalizantes, educativos, culturais e artísticos.

A cooperativa de artesanato Futurarte capacita pessoas habilidosas na produção de peças de tecelagem, cerâmica e cestaria, gerando renda e, atualmente, em processo de exportação para a Europa. O projeto Adolescente Aprendiz vem encaminhando jovens para o desenvolvimento de

uma profissão e aprimorando a sua cidadania pela prática de valores éticos.

Inúmeros outros núcleos, com destaque para a informática, cuidam da preparação para o mundo e para o trabalho dessa população oriunda de uma situação de grande carência. Mas a Missão Ramacrisna, hoje dirigida pela educadora Solange Bottaro, à frente de uma diligente equipe, não visa apenas aos meios de sobrevivência de seus assistidos. A arte sempre está presente como instrumento de refinamento humano, essencial para trazer uma vida melhor para cada indivíduo. Um coral e uma orquestra de cordas, que veio nesta noite acalentar a nossa alma e dar um brilho especial a esta homenagem, além de um centro cultural, são mantidos pela instituição, revelando talentos que provavelmente não teriam outra oportunidade de reconhecimento.

Ao longo desse meio século, são mais de 30 mil pessoas que tiveram suas vidas afetadas para melhor pelo contato com essa organização.

Tudo começou com a vinda para Belo Horizonte de um paraibano sem posses, mas dotado de grande espiritualidade e de senso humanitário. Arlindo Correia, também jornalista e fundador do periódico "O Poder", pelo qual tornava públicas suas crenças, sempre apostou no crescimento do ser humano. Amigo de Francisco Cândido Xavier, exemplo de uma vida dedicada ao bem e à caridade, era também um seguidor do mestre espiritual indiano Ramakrishna. Desse oriental do século XIX, trouxe para nós o próprio nome da instituição, na qual acolheu, em sua própria casa, ainda em Belo Horizonte, os primeiros meninos de rua, a quem ofereceria educação e seu trabalho social.

A outra Missão Ramakrishna, surgida na Índia, reunia em torno de seu líder discípulos de enorme valor, em busca da difusão da espiritualidade e do ecumenismo religioso. Criatura cuja vida nos lembra a de São Francisco de Assis, por sua profunda comunhão com a natureza, Ramakrishna tinha o dom de atrair discípulos e admiradores entres os melhores homens da Índia de seu tempo. Tendo se tornado um eremita e um renunciante aos bens materiais, praticou, além dos vários tipos de ioga, os ensinamentos de outras religiões, como o cristianismo e o islamismo. Dessa experiência cunhou a frase: "A verdade é única, mas os sábios a chamam por diversos nomes". Tendo chegado aos mais altos níveis de espiritualidade, pelas práticas da meditação, chamou a atenção dos ocidentais, pela primeira vez, para a milenar sabedoria hindu.

Romain Rolland, o místico escritor cristão, trouxe até nós a biografia desse autêntico santo que influenciou o trabalho do Prof. Arlindo, que, quase anônimo, construiu essa obra, árvore grandiosa de belas raízes e cuja sombra traz alento a milhares de cidadãos mineiros, fazendo crescer com esperança a juventude e tornando digna a existência de tantos idosos.

Esta homenagem a toda a equipe valorosa da Missão Ramacrisna, que leva à frente, com tamanho entusiasmo, um sonho tão poderoso, é também um tributo ao seu notável fundador, o Prof. Arlindo Corrêa, ele mesmo um mestre brilhante, como seu inspirador indiano. É com muita alegria que parabenizamos a Missão Ramacrisna, desejando-lhe sucesso. Que Deus continue lhes dando sabedoria, saúde e muita vontade em sua ação, que exemplifica o cumprimento de seu mandamento máximo: amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo. Que Deus continue iluminando a todos. Parabéns a todos os membros e a todos os que participam dessa instituição e que têm o coração voltado para a promoção da dignidade humana.

Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 5, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/10/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Maurício Fortini para o cargo de Diretor da Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Teodoro Alves Lamounier para o cargo de Diretor da

Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.255/2009, do Governador do Estado, que cria a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - HidroEx -, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Minas e Energia perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação da Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.679/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird -, e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.309/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera o art. 4º da Lei 15.757, de 4/10/2005. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.487/2009, do Deputado Zé Maia, que altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.065, de 22/11/2001. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.398/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre Centros de Formação de Condutores - CFCs - adaptarem seus veículos na forma que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão do Trabalho, e com a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Barcelos Costa os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.368/2009, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação nos postos de gasolina de cartaz com informação do percentual de diferença entre os preços da gasolina e do álcool. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.619/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 8.655, de 18/9/84. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 26ª Reunião Ordinária da Comissão DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 7/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.694 e 4.695/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado.

Realização de discussão, em audiência pública com convidados, sobre denúncia do Sr. Paulo César Ferreira relativa a perseguição policial e abuso de autoridade de que teria sido vítima.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 24ª Reunião Ordinária da Comissão DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 7/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.762/2007, do Deputado Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.642/2009, do Deputado Ruy Muniz; 4.664/2009, do Deputado Doutor Viana; e 4.681 e 4.682/2009, do Deputado Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 27ª Reunião Ordinária da Comissão DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 7/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.123/2008, do Deputado Walter Tosta; 3.679/2009, do Governador do Estado; 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.255/2009, do Governador do Estado; 3.300/2009, do Deputado Domingos Sávio; e 3.515/2009, do Deputado André Quintão.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.686/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 25ª Reunião Ordinária da Comissão DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 7/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.977/2009, do Deputado Roberto Carvalho; 3.306/2009, do Deputado João Leite; 3.347/2009, da Deputada Cecília Ferramenta; 3.419/2009, do Deputado Mauri Torres; 3.527/2009, do Deputado Tenente Lúcio.

Requerimentos nºs 4.641/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.657/2009, do Deputado Ademir Lucas; 4.665/2009, do Deputado Eros Biondini.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 18ª Reunião Ordinária da Comissão DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 7/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: reunião de audiência pública para discutir a implementação e regulamentação do serviço de motoboy e mototaxista no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 7/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.506/2009, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.677/2009, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 7/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 7/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.668/2009, da Deputada Rosângela Reis; e 3.669/2009, do Deputado Sargento Rodrigues.

Requerimentos nºs 4.643/2009, dos Deputados Sávio Souza Cruz e Fábio Avelar; 4.663/2009, do Deputado Célio Moreira; e 4.667/2009, da Deputada Gláucia Brandão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 28ª Reunião Ordinária da Comissão DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 7/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.678/2009, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; e 4.683/2009, da Comissão de Participação Popular.

Realização de debate, em audiência pública, com a presença de convidados, sobre a liberação, pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG -, de linha de crédito em favor dos Municípios mineiros, com recursos do Programa Novo Somma, autorizada pelo Conselho Monetário Nacional.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

edital de convocação de reunião

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 7/10/2009, destinadas, ambas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes dos Srs. Octávio Elísio Alves de Brito, Antônio Maurício Fortini e Teodoro Alves Lamounier para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG -; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.309/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera o art. 4º da Lei nº 15.757, de 4/10/2005, que autoriza o Poder Executivo a isentar do ICMS a aquisição de automóvel para a utilização por pessoa portadora de deficiência física, visual, mental severa ou profunda ou autista, e dá outras providências; 1.398/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os Centros de Formação de Condutores - CFCs - adaptarem seus veículos na forma que menciona e dá outras providências; 2.962/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Barcelos Costa os imóveis que especifica; 3.255/2009, do

Governador do Estado, que cria a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - HidroEx - e dá outras providências; 3.368/2009, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, nos postos de gasolina, de cartaz com informação relativa ao percentual de diferença entre os preços da gasolina e do álcool; 3.487/2009, do Deputado Zé Maia, que altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.065, de 22/11/2001, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Santo Antônio do Monte; 3.619/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 8.655, de 18/9/84, que dispõe sobre mudança de denominação da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - Cemig - para Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - e sobre ampliação de seu objetivo social, bem como dá outras providências; e 3.679/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird - e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 6 de outubro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3.841/2009

Dispõe sobre a incidência de juros de mora nos débitos oriundos da conversão de vencimentos e proventos e da complementação de pensão em Unidade Real de Valor - URV - de que tratam a Resolução nº 5.216, de 12 de agosto de 2004, e o art. 5º da Resolução nº 5.305, de 22 de junho de 2007.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Os juros de mora incidentes sobre os débitos oriundos da conversão de vencimentos e proventos e da complementação de pensão em Unidade Real de Valor - URV - de que tratam a Resolução nº 5.216, de 12 de agosto de 2004, e o art. 5º da Resolução nº 5.305, de 22 de junho de 2007, atualizados nos termos dos arts. 6º a 10 da Resolução nº 5.314, de 18 de julho de 2008, serão apurados mediante a aplicação de juros simples sobre o saldo devedor apurado mês a mês, calculados na forma do disposto nesta resolução e em regulamento da Mesa, aplicando-se:

I - 1% (um por cento) ao mês até agosto de 2001;

II - 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês a partir de setembro de 2001 até a data de quitação da totalidade do saldo devedor decorrente do débito de que tratam a Resolução nº 5.216, de 2004, e o art. 5º da Resolução nº 5.305, de 2007, atualizados nos termos dos arts. 6º a 10 da Resolução nº 5.314, de 2008.

§ 1º - O débito relativo aos juros de mora apurado na forma do "caput" será atualizado pelos índices da Tabela de Fatores de Atualização Monetária da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a partir do mês de competência em que se fez devida cada parcela de juros de mora até o penúltimo mês anterior ao da liquidação da totalidade do saldo devedor de juros de mora.

§ 2º - No dia 1º do mês da liquidação da totalidade do saldo devedor de juros de mora, deve-se utilizar, para fins de atualização monetária, em substituição ao índice previsto no §1º deste artigo, relativo ao último mês anterior a esse, o índice de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento).

§ 3º - É vedada a incidência de juros de mora sobre juros de mora acrescidos ao saldo devedor na apuração do débito de que trata o § 1º deste artigo.

Art. 2º - Os ordenadores de despesa, Presidente e 1º-Secretário, com base no crédito anual autorizado no orçamento da Assembleia Legislativa, fixarão o montante mensal para fins de pagamento do débito, apurado na forma do art. 1º desta resolução, em parcelas mensais constituídas por:

I - parcela fixa mensal individual no valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), salvo na hipótese de pagamento de saldo devedor de valor inferior;

II - parcela variável proporcional ao saldo credor de cada beneficiário a título de juros de mora, calculada na forma de regulamento.

§ 1º - Os ordenadores de despesas fixarão a data do início do pagamento da parcela fixa de que trata o inciso I do "caput" deste artigo conforme a disponibilidade financeira e orçamentária da Assembleia Legislativa.

§ 2º - O início do pagamento da parcela variável de que trata o inciso II do "caput" deste artigo será realizado no mês subsequente ao da quitação total dos débitos decorrentes do disposto na Resolução nº 5.216, de 2004, e no art. 5º da Resolução nº 5.305, de 2007, atualizados nos termos dos arts. 6º a 10 da Resolução nº 5.314, de 2008.

§ 3º - Os ordenadores de despesa, no mês de dezembro, poderão alterar o valor da parcela fixa de que trata o inciso I do "caput" deste artigo, de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária da Assembleia Legislativa.

Art. 3º - É vedado o pagamento do débito de que trata esta resolução a interessado que não tenha celebrado a transação ou o acordo de que tratam a Resolução nº 5.216, de 2004, ou o art. 5º da Resolução nº 5.305, de 2007, salvo decisão judicial que garanta o direito do recebimento administrativo independentemente de acordo ou transação.

Art. 4º - No pagamento do débito de que trata esta resolução será considerado o caráter indenizatório dos juros de mora incidentes sobre as diferenças decorrentes da conversão da moeda em URV pagas com atraso.

Art. 5º - O "caput" do art. 3º da Resolução nº 5.216, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - O débito apurado na forma do art. 2º desta resolução será pago em até 144 parcelas mensais consecutivas, de valor variável conforme a disponibilidade financeira e orçamentária da Assembleia Legislativa, observado o disposto no parágrafo único deste artigo e nos

arts. 4º e 5º desta resolução.".

Art. 6º – Fica revogado o art. 13 da Resolução nº 5.115, de 29 de maio de 1992.

Art. 7º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de outubro de 2009.

Mesa da Assembleia

Justificação: A Mesa da Assembleia Legislativa, na decisão que proferiu em 2/7/2002, reconheceu aos servidores da Casa o direito de receberem a diferença decorrente da conversão dos vencimentos percebidos em abril de 1994 em Unidade Real de Valor – URV –, autorizando a incorporação do percentual de 11,98% na tabela de vencimentos dos servidores da Assembleia Legislativa a partir de 1º/7/2002. O saldo devedor foi apurado nos termos da Resolução nº 5.216, de 12/8/2004, e do art. 5º da Resolução nº 5.305, de 22/6/2007, sem o pagamento de correção monetária e juros de mora.

Posteriormente, com base no entendimento do Tribunal de Justiça e da Procuradoria-Geral de Justiça, ambos do Estado de Minas Gerais, que reconheceram ser cabível a aplicação da correção monetária aos valores da URV devidos aos membros daquela instituição, a Assembleia, por meio da Resolução nº 5.314, de 18/7/2008, reconheceu aos servidores da Casa o direito à atualização monetária nos débitos de que tratam a Resolução nº 5.216, de 12/8/2004, e o art. 5º da Resolução nº 5.305, de 22/6/2007. A atualização foi efetuada com base na tabela da Corregedoria-Geral da Justiça e em consonância com a Lei Federal nº 6.899, de 8/4/1981, que determina, nas execuções de títulos de dívida líquida e certa, que a correção monetária seja calculada a contar do respectivo vencimento.

Em 28/11/2007, em sessão administrativa, os ministros do Supremo Tribunal Federal deferiram, no Processo Administrativo nº 323.526, o pedido dos servidores daquele Tribunal relativo aos passivos trabalhistas decorrentes da conversão, em abril de 1994, dos vencimentos de cruzeiros para reais por meio da URV. Na decisão, ficou reconhecido o direito ao recebimento de juros de mora ocasionado pelo atraso na quitação do valor relativo à diferença de 11,98% da referida conversão, tendo-se estabelecido que, até agosto de 2001, os juros devem ser de 1% ao mês e que, a partir dessa data, passam a ser de 0,5%. Na determinação do percentual dos juros, o STF considerou a Medida Provisória nº 2.180, de 24/8/2001, publicada em 27/8/2001, que acrescentou à Lei nº 9.494, de 10/9/1997, o art. 1º-F, determinando que "os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano". O STF, na referida decisão, lembrou, ainda, que a constitucionalidade do art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10/9/1997, já foi discutida e reconhecida por aquele Tribunal.

Na atualização do saldo devedor de juros de mora de que trata o projeto de resolução em pauta, segue-se a regra de atualização monetária do saldo devedor principal, utilizando-se os índices da Tabela de Fatores de Atualização Monetária da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, conforme já previsto nos arts. 6º a 11 da Resolução nº 5.314, de 18/7/2008. Contudo, considerando-se a ausência de divulgação de índice relativo ao último mês anterior ao da liquidação do débito de juros de mora no dia 1º do mês de quitação da totalidade desse débito, fixa-se, em substituição, para fins de atualização, o índice de 0,25%.

Cabe ressaltar, na oportunidade, que o Superior Tribunal de Justiça entende que os juros de mora sobre verbas pagas em atraso têm natureza indenizatória (Resp nº 1037452 – SC, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 20 de maio de 2008). Assim, os juros de mora incidentes sobre as diferenças decorrentes da conversão da moeda em URV pagas com atraso são verbas que possuem indubitável caráter indenizatório.

Considerando, pois, as decisões do STF e do STJ, a Mesa apresenta este projeto de resolução, com o objetivo de reconhecer aos servidores da Casa o direito ao pagamento de juros de mora nos débitos oriundos da conversão de vencimentos e proventos em URV apurados nos termos da Resolução nº 5.216, de 12/8/2004, e do art. 5º da Resolução nº 5.305, de 22/6/2007, nos percentuais fixados em lei e em conformidade com a decisão do STF. Para fins do pagamento da dívida que ora se reconhece, a Assembleia manterá a sistemática de pagamento que já adota para a aplicação das Resoluções nº 5.216, de 12/8/2004; nº 5.305, de 22/6/2007, e nº 5.314, de 18/7/2008, respeitando a disponibilidade financeira e orçamentária do Legislativo.

Por essas razões, solicitamos aos nobres pares a aprovação deste projeto de resolução.

- Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 79, inciso VIII, alínea "a", do Regimento Interno.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.729/2009

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores de Anta dos Coelho - Aspac -, com sede no Município de Dores do Indaiá.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.729/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Anta dos Coelho - Aspac -, com sede no Município de Dores do Indaiá, entidade comunitária de natureza assistencial.

Dessa maneira, cultua a mais ampla e perfeita cordialidade entre seus membros e a comunidade local; oferece serviços de assistência social aos mais necessitados; promove cursos profissionalizantes; orienta sobre a preservação do meio ambiente e firma convênios com órgãos públicos e entidades privadas para subsidiar suas iniciativas, além de desempenhar atividades, voltadas para o gerenciamento de infraestruturas comunitárias de saúde, saneamento básico, habitação, comunicação e eletrificação, estímulo à produção e beneficiamento de produtos agropecuários.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.729/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2009.

Domingos Sávio, relator.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 5/10/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Carlos Gomes

nomeando Cleber Rocha Soares para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete do Deputado Deiró Marra

exonerando Raquel Aparecida Rezende Moraes do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;

nomeando Thelma Christina Soares para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas.

Gabinete do Deputado Getúlio Neiva

exonerando Fabricia Ferreira Coelho do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando Danielle Cardoso de Menezes para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Fabricia Ferreira Coelho para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas.

Gabinete do Deputado Padre João

exonerando Gilson Pimenta Ramos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Lígia Corte de Souza do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

Gabinete do Deputado Walter Tosta

exonerando Yuri de Castro Pereira do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

nomeando Edneia Ferreira Rodrigues da Silva de Jesus para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas.

Gabinete do Deputado Zezé Perrella

exonerando Anderson Langbehn Godinho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Anderson Langbehn Godinho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Paula Isoni Fialho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Na data de 5/10/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.195, de 4/7/00, e 5.310, de 21/12/07, e da Lei nº 15.014, de 15/1/04, assinou o seguinte ato:

exonerando, a pedido, a partir de 5/10/09, Bruno José Silva Nunes do cargo de Procurador, padrão VL-44, classe I, código AL-PR, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Sérgio Lúcio de Almeida, matrícula nº 17.254-5, no dia 30/9/2009.

Mesa da Assembleia, 5 de outubro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Almir Paraca Cristóvão Cardoso, matrícula nº 7.753-4, no período de 21 a 24/9/2009.

Mesa da Assembleia, 5 de outubro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2009

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arquivamento, guarda e desarquivamento de documentos. Pregoeiro vencedor: Recall do Brasil Ltda.

Belo Horizonte, 6 de outubro de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 21/10/2009, às 14h15min, pregoão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a aquisição de coletor de dados.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 6 de outubro de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

Termo de Contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Macroplan - Prospectiva, Estratégia e Gestão S/S Ltda. Objeto: prestação de serviços de consultoria em planejamento estratégico. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.031.729-4.239.3.3.90.35 (10.1). Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.